UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Rosinha Mattos Marzol

UM ESTUDO SOBRE OS CUIDADORES DAS INSTITUIÇÕES DE ABRIGO E O PAPEL DE PROTEÇÃO DAS SUAS INTERAÇÕES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Rio Grande, Junho de 2009

Rosinha Mattos Marzol

UM ESTUDO SOBRE OS CUIDADORES DAS INSTITUIÇÕES DE ABRIGO E O PAPEL DE PROTEÇÃO DAS SUAS INTERAÇÕES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Mattar Yunes

Rio Grande, Junho de 2009

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado àquelas pessoas que acreditam que poderão vir a ser melhores e mais felizes do que foram ontem, apesar das adversidades que tiveram de enfrentar.

A grande verdade é que você é a pessoa que escolhe ser. Todos os dias você decide se continua do jeito que é ou muda. A grande glória do ser humano é poder participar da sua autocriação.

Roberto Shinyashiki

AGRADECIMENTOS

Para percorrer a longa trajetória deste trabalho, um dos recursos utilizados foi a força e a amizade de muitas pessoas. Por sua importância, dedico a elas a primeira página deste trabalho.

À Maria Ângela, orientadora, amiga e companheira dos sonhos de transformar positivamente a vida de crianças e adolescentes que enfrentam adversidades;

Ao Hamilton, pelo apoio e companheirismo;

Aos que me antecedem e que com muita competência me constituíram, meus amados pais, Valdir e Teresa;

Aos que me sucedem, meus amados filhos, forte razão para minhas conquistas;

À querida Larissa, bolsista e companheira na pesquisa. Embora jovem, sua sabedoria e competência foram determinantes neste trabalho;

Aos cuidadores das instituições de abrigo. A eles, o meu respeito e minha admiração;

Às crianças e adolescentes institucionalizados. Através deles aprendo sobre desenvolvimento, superação e resiliência;

Às amigas e companheiras de luta Mara e Sandra, que muitas vezes colocam os interesses das crianças acima dos seus;

À Nara, cuidadora do meu lar, que esteve sempre atenta para proporcionar um "bom ambiente" a fim de que eu pudesse concluir este trabalho;

Às colegas do CEP-RUA, que estão sempre buscando maneiras de impulsionar o desenvolvimento humano;

Às Professoras Doutoras Débora Dell'Aglio, Ana Cristina Delgado e Simone Paludo, pelas valiosas contribuições dispensadas ao meu trabalho;

Haveriam mais pessoas de outros contextos em que estou inserida que mereceriam serem nomeadas, mas por uma questão de espaço, não é possível nomeá-las. A todos que fazem parte de minha rede de amizade, minha gratidão;

Finalizo meus agradecimentos, oferecendo meu trabalho a Deus e a todos àqueles que trabalham em seu nome.

RESUMO

Há inúmeras evidências acerca do impacto da privação material e afetiva no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Diante disso, constata-se que muitos deles chegam às instituições de abrigo com comprometimentos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais. Entretanto, a inclusão em ambientes atentos às suas singularidades demonstra que tais dificuldades podem ser minimizadas para que floresçam potencialidades e resiliências. Isso leva a pensar que o afastamento familiar imposto pela institucionalização pode ser compensado por interações de qualidade no espaço institucional. Diante das constatações apresentadas, este estudo buscou compreender os processos relacionais que se estabelecem entre as crianças e adolescentes institucionalizados e os cuidadores das instituições de abrigo. A pesquisa desenvolveu-se em duas instituições de abrigo não governamentais da cidade do Rio Grande/RS, nominadas respectivamente Inst. A e Inst. B. Buscou-se evidenciar as concepções dos coordenadores, das crianças/adolescentes e dos próprios cuidadores sobre o papel de proteção do trabalhador do ambiente institucional, assim como reconhecer as principais características que sustentam as referidas interações. A análise dos dados obtidos se efetivou a partir dos pressupostos da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Foram identificados *os processos* de interação das *pessoas* (coordenadores/crianças e adolescentes/cuidadores), os *objetos e símbolos* (percepções e crenças) dos dois *ambientes imediatos* (contextos institucionais) em um período de *tempo* limitado. Os resultados obtidos demonstraram que as concepções dos coordenadores exercem influência nas formas de organização do ambiente institucional com reflexo nas concepções dos demais integrantes dos segmentos pesquisados. Quanto à ótica das crianças e adolescentes, foi solicitada a eleição justificada dos cuidadores com quem eles estabelecem interações significativas. A última etapa das entrevistas consistiu em investigar a visão dos cuidadores eleitos (pelos coordenadores e pelas crianças e adolescentes abrigados nas duas instituições). Eles discursaram sobre seu trabalho na instituição e apontaram as experiências pessoais que julgam influenciar sua atuação profissional. A transversalidade da análise das concepções dos três segmentos pesquisados possibilitou constatar que a tríade Acolhimento, Afetividade e Aprendizagem Recíproca são dimensões presentes na fala de todos os segmentos entrevistados. Essas propriedades relacionais se estabelecem quando as pessoas se tornam importantes umas para as outras. Trata-se de constatações que vêm ao encontro do conceito de "outro significativo". Tal categoria descreve figuras que, por sua importância interacional, podem transformar em oportunidades o que parecia ser uma inevitável trajetória de risco.

Palavras chave: *intitucionalização, cuidadores, interações, proteção*

ABSTRACT

There are several evidences on the impact of maternal and affective deprivation for the healthy development of children and adolescents. Due to that it has been found that many children and adolescents arrive at the shelter institutions with problems in their physical, psychological, cognitive and social aspects. Therefore, their inclusion in attentive environments has demonstrated that these difficulties may be minimized to give place to potentialities and resilience. It can be thought that the family distance imposed by the institutionalization can be compensated by the quality of interactions in the institutional space. This study aimed to understand the relational processes established among institutionalized children and adolescents and their caretakers in the shelter institutions. The research was developed in two nongovernmental shelter institutions of Rio Grande/RS named respectively - Inst. A and Inst. B. The investigation searched the conceptions of the coordinators, of the children/adolescents and of the caretakers, on the protective role of the worker's of the institutional space, as well as aimed to recognize the main characteristics that sustain these interactions. The data analysis followed the propositions of the Bioecological of Human Development. They were identified the *processes* of the people's interaction (coordinators / children and adolescents/ caretakers), the *objects and symbols* (perceptions and beliefs) of the two *immediate environments* (institutional contexts) in a limited period of *time.* The results demonstrated that the coordinators' conceptions have influence in the forms of organization of the institutional environmental which reflects in the conceptions of the other members of the researched segments. Concerning the children' and adolescent´ views it was requested their justified election of a single caretaker with whom they establish significant interactions. The last stage of the interviews consisted of investigating the caretakers' vision (by the coordinators and by the children and adolescents sheltered in the two institutions). They discoursed on their work in the institution and pointed their personal experiences that on their judgment influence his/her professional performance. The transversality of the analysis of the conceptions of the three researched segments made possible to verify that the triad Reception, Affectivity and Reciprocal Learning are the present dimensions in the speech of all of the interviewed segments. These relational properties are established when the persons become important one for the others. These findings prescribe the concept of "other significant". Such category describes persons that, for their interactional importance may transform in opportunities what seemed to be an inevitable risk path.

Key words: institucionalization; caratakers; interactions; protection.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8
As experiências pessoais, inquietações e o compromisso com a pesquisa 8
1.2 A Teoria bioecológica do desenvolvimento humano e as instituições de abrigo 10
1.3 A institucionalização da criança e do adolescente: processos históricos e sociais 14
1.4 Os abrigos: interface do risco, proteção e processos de resiliência 19
1.5 As necessidades relacionais da infância e os bons tratos 26
1.6 O cuidador como fator de proteção no ambiente institucional 29

2. MÉTODO 34
2.1 Descrição do contexto da pesquisa 34
2.2 Participantes 35
2.3 Procedimentos para coleta de dados 35
2.4 Considerações éticas 37
2.5 Análise dos dados 38

3. RESULTADOS 39
3.1 Concepções das coordenadoras 39
3.1.1 A percepção das entrevistadas sobre as relações interpessoais entre as crianças e adolescentes e os cuidadores 40
3.1.2 As dificuldades nas interações entre as crianças e adolescentes e os cuidadores 41
3.1.3 A eleição do cuidador pelos coordenadores 43
3.1.4 Reflexões sobre as concepções dos coordenadores 44
3.2 A percepção das crianças e adolescentes 51
3.3 As cuidadoras eleitas 51
3.3.1 As reflexões sobre as cuidadoras eleitas 67

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 72

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 76

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO 82
ANEXO B - ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DOS ABRIGOS 83
ANEXO C - ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES 84
ANEXO D - ENTREVISTA COM O CUIDADOR/A ELEITO/A 85
ANEXO E - TRÍADE DOS ÀS 86
ANEXO F - CATEGORIA, SUBCATEGORIA E DIMENSÕES 87

1. INTRODUÇÃO

1.1 As experiências pessoais, inquietações e o compromisso com a pesquisa

Ao finalizar o trabalho de pesquisa em instituições de abrigo para crianças e adolescentes, considero importante tecer considerações sobre o meu processo de inclusão nessa temática. A minha atuação como voluntária em uma instituição de abrigo para crianças e adolescentes em Rio Grande foi um dos fatores decisivos. O comprometimento inicial foi gradativamente ultrapassando a condição de voluntária semanal e transformando-se em um compromisso de vida. A instituição na qual dei meus primeiros passos direcionados à proteção de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade foi fechada em 1999, o que não reduziu minha atuação, mas, ao contrário, serviu como incentivo. Juntamente com outras pessoas fundamos uma instituição na qual estou envolvida até hoje. No transcurso desse período, a busca por transformações na referida instituição tem sido permanente, sendo que o objetivo, primordialmente, tem sido o de respeitar os preceitos estabelecidos pelo ECA, assim como constituir fatores de proteção ao desenvolvimento de todos, no sentido mais amplo do conceito. A busca pelas transformações mencionadas encontra-se vinculada a um princípio norteador que visa oferecer um espaço de acolhimento, cuidado e atenção à educação das crianças/adolescentes e seus familiares. A consciência de que elas são afastadas de suas famílias biológicas por vivências trágicas e marcantes, e que o acolhimento no novo espaço deve ser adequado para a continuidade de seu desenvolvimento é importante para todos os membros do grupo.

Existem inúmeras evidências de que uma criança exposta à privação material e afetiva por período significativo pode ter seu desenvolvimento saudável afetado. Em tal linha de raciocínio, encontram-se muitos teóricos que consideram a institucionalização uma vivência negativa para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e que os déficits decorrentes desse evento acompanharão as mesmas por todo o seu ciclo de vida (BARUDY, 2007; BOWLBY,1990; SPITZ, 2000).

As inquietações que me constituíram como pesquisadora advêm de uma prática diária, pois é inegável que muitas crianças chegam à instituição com comprometimentos em seu aspecto físico, psicológico, cognitivo e social . Mas, após um período de adaptação, tão logo seja incluída em ambientes que atendam as singularidades do rescém-chegado, as dificuldades iniciais vão se dissipando e as potencialidades emergem e produzem exclamações do tipo:

"Até parece outra criança!". Apesar da privação familiar imposta pela institucionalização, é possível perceber sinais de desenvolvimento. Entretanto, apesar da relevância de tais constatações, não podemos desconsiderar que, embora o desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados seja evidenciado, as instituições de abrigo não são os locais mais adequados para a sua permanência, já que, nesses casos, elas se vêem privadas da experiência da convivência familiar, tão necessária à estruturação psíquica dos indivíduos.

Diante das inquietações constatadas, a presente pesquisa teve como objetivo compreender os processos relacionais entre crianças e adolescentes e cuidadores das instituições, tendo em mente a complexidade das interações. Ao entrevistar os coordenadores, crianças e adolescentes institucionalizados e os profissionais eleitos, buscar-se-á uma aproximação das concepções que os três segmentos apresentam como significativos acerca das relações que permeiam o universo institucional. Parece imprescindível entender os processos e interações que ocorrem dentro de uma instituição e entender ainda de que forma os processos referidos podem se constituir na promoção de proteção e resiliência ou inversamente, em elementos de risco. Dessa forma, almeja-se trazer luz ao papel de proteção do cuidador, a partir da voz do próprio cuidador, das crianças/adolescentes institucionalizados e dos dirigentes das instituições. Através da pesquisa, buscou-se demonstrar o que os três segmentos, diretamente ligados à vivência institucional, entendem por cuidado efetivo, quais cuidadores são considerados significativos e quais características são atribuídas a eles.

Um dos desafios enfrentados durante a realização da pesquisa foi o de exercer o papel de pesquisadora, estando inserida numa das instituições pesquisadas. Transitar em duplos papéis em alguns momentos facilitou a compreensão e reflexão dos ambientes pesquisados, e em outros exigiu um movimento de isolamento de concepções pessoais, para respeitar questões éticas e o rigor metodológico.

Conforme adverte Bourdieau apud Minayo 2004,

> qualquer investigador deve colocar em questão os pressupostos inerentes a sua qualidade de observador externo que tende a importar para o objeto os princípios de sua relação com a realidade.... (p.10).

Este trabalho faz parte de um dos muitos desafios apontados pela Educação Ambiental, que propõe a incorporação da dimensão ligada aos componentes biológicos às dimensões culturais e sociais, tornando-se assim socioambiental. De acordo com Layrarques (2003), o desafio que se coloca à Educação Ambiental é a obrigação moral de buscar a correta dosagem do enfrentamento dos problemas ambientais e sociais, que agora apresentam outros elementos que constituem as tradicionais clivagens do tecido social. Buscar alternativas de

atendimento adequado às crianças e adolescentes que tenham tido seus direitos violados deverá ser um dos pressupostos das políticas públicas. Bronfenbrenner (1979/1996) enfatiza o fato de que inúmeras correntes sociológicas assinalam a relação entre violência social e familiar com fatores ambientais adversos, como as desigualdades sociais e a falta de recursos para diminuí-las, a precariedade dos empregos e a falta de condições habitacionais. A Educação Ambiental tem contribuído para a promoção de reflexões e com propostas alternativas promotoras de um sistema social que resgate o direito das pessoas viverem em paz, sem violência e tendo respeitadas as suas necessidades.

1.2 A teoria bioecológica do desenvolvimento humano e as instituições de abrigo

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano foi desenvolvida por Urie Bronfenbrenner. Conforme Narvaz e Koller (2004), Bronfenbrenner, na condição de filho de um médico neuropatologista, passou parte de sua vida em uma instituição estadual para portadores de sofrimento psíquico, onde seu pai trabalhava. As experiências pessoais que Urie foi absorvendo foram se constituindo em fatores determinantes para sua futura trajetória profissional. Foi relevante na sua vida profissional perceber a interdependência entre os organismos vivos e seus ambientes, assim como relevar as consequências dessas interações para a saúde mental dos indivíduos. Quando analisamos o desenvolvimento da teoria citada, e mais especificamente de seu mentor, não se pode deixar de reconhecer a evidência de que nossas escolhas refletem os contextos vividos e as relações interpessoais significativas que formam nossas concepções.

Uma das mais divulgadas e reconhecidas publicações de Bronfenbrenner ocorreu em 1979, no livro Ecology of Human Development. No Brasil, o trabalho foi publicado em 1996. Por ser uma teoria com propostas descritivas e experimentais, o autor evidencia a constante revisão de seus próprios conceitos, realizando reformulações e produzindo a evolução da própria teoria e das obras subseqüentes (BRONFENBRENNER, 1999; BRONFENBRENNER & CECI, 1994; BRONFENBRENNER & EVANS, 2000; BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998).

O paradigma ecológico é derivado de concepções de Kurt Lewin, que entendia o comportamento como uma função conjunta das pessoas e do ambiente. Bronfenbrenner veio a substituir o termo comportamento por desenvolvimento, associando à dimensão temporal, por entender que o desenvolvimento ocorre ao longo do tempo (NARVAZ & KOLLER, 2004).

Pode-se dizer que desenvolvimento consiste em um processo de interação recíproca entre a pessoa e o seu contexto através do tempo. Importante salientar que, para que as interações promovam desenvolvimento, além de serem recíprocas, deverão ser progressivamente mais complexas (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998).

Durante as transformações da teoria ecológica, nota-se que a ênfase inicialmente dada aos aspectos do Contexto foi sendo revisada. Nas reformulações, os Processos adquiriram uma posição central e o modelo teórico passa ser denominado Bioecológico do Desenvolvimento Humano. (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Os Processos se expressam e são passíveis de serem analisados a partir das relações entre o ambiente e as características das pessoas em desenvolvimento.

Tendo então o Processo tomado lugar de relevância no modelo, a ênfase voltou-se para o que se denomina de processos proximais, considerados os principais motores do desenvolvimento (BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998). Neles, aspectos como o engajamento das pessoas em atividades conjuntas são fundamentais. Para se constituir em uma relação promotora de desenvolvimento, esse engajamento deve ocorrer durante períodos prolongados de tempo, vindo a tornar-se progressivamente mais complexa. Uma característica fundamental dessas interações é a reciprocidade estabelecida entre os envolvidos. Ainda do ponto de vista do modelo bioecológico, as características das pessoas têm influência fundamental sobre a direção e o conteúdo dos processos proximais (BRONFENBRENNER, 1999).

Importante refletir sobre as interações que ocorrem em ambientes institucionais, sob o enfoque dos mencionados pressupostos teóricos do desenvolvimento humano, tomando-se por base que tais ambientes são locais transitórios, ou seja, a configuração do grupo está sempre sujeita a modificações, que se expressam nas constantes chegadas e saídas de crianças e adolescentes, assim como a transitoriedade profissional, devido à troca de turnos, férias ou eventuais desligamentos do trabalho. Nos ambientes pesquisados, tão logo ingressem novos membros, passa a ocorrer uma acomodação mútua entre os que já se encontram no espaço e aqueles que acabam de chegar. Todos os inseridos no ambiente em estudo terão que se reorganizar, e essa reorganização não está relacionada somente ao espaço físico, mas principalmente a um acolhimento afetivo, para os que acabam de chegar. O processo de reorganização, segundo Bronfenbrenner, (1979/1996) se constitui em uma transição ecológica. “Ocorre uma transição ecológica sempre que a posição da pessoa no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente, ou ambos”. (BRONFENBRENNER 1979/1996, p. 22)

A institucionalização de uma criança ou adolescente é realizada geralmente por pessoas desconhecidas, sendo que, ao chegar ao novo ambiente, não encontrará nenhuma figura que lhe seja familiar. Soma-se a isso o fato de virem na sua grande maioria sem nenhum objeto que possa simbolizar o elo com a vida que mantinham até então. Eis um momento crucial na vida da criança institucionalizada, pois embora a instituição tenha o entendimento da importância de uma boa acolhida, tal evento será sempre marcante para a criança ou adolescente. Os sentimentos que envolvem a institucionalização serão invariavelmente medo e angústia. A atenção que as instituições devem dedicar ao momento do abrigamento de uma criança é sustentada pela constatação em nossa prática institucional de que tal vivência provoca inicialmente reações como insônia, isolamento ou comportamento agressivo. O ingresso de uma nova criança ou adolescente provocará um desequilíbrio momentâneo em todo o contexto. Segundo os conceitos da Teoria dos Sistemas, (BERTALANFFY, 1962) não é possível modificar somente uma parte do sistema sem que ocorram mudanças em todo ele. Pode-se afirmar que a chegada de novos membros à instituição produzirá mudanças no ambiente, assim como o ambiente passará a produzir mudanças nas pessoas que fazem parte daquele contexto de uma forma bastante dinâmica.

A Pessoa se constitui em um dos componentes do modelo bioecológico, e deve-se levar em conta tanto as características biopsicológicas próprias quanto aquelas que foram construídas nas interações com o meio ambiente. As características em questão estão em processo de constante mudança. Segundo Bronfenbrenner e Ceci (1994), a dinâmica das interações evidenciará quais os padrões genéticos que irão se manifestar. Portanto, será através das interações ocorridas nos processos proximais que o potencial para a competência ou disfunção se manifestará. Quando as interações contemplam aspectos como a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a afetividade mútua, tendem a tornarem-se evocadoras de potenciais. A proposição de Bronfenbrenner embasa as constatações a que chegamos acerca da evolução saudável que C/A[1] demonstram ao receberem cuidados adequados, apesar de terem experienciado exclusão, violência ou negligência antes da institucionalização.

Quando se pesquisa os ambientes das instituições de abrigo, o componente do modelo bioecológico referente é o Contexto, devendo ser analisado através da interação de quatro níveis ambientais, denominados microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. (BRONFENBRENNER, 1979/1996). Para fins de apresentação da teoria, as considerações em relação aos níveis propostos por Bronfenbrenner serão feitas separadamente. O que se

[1] Neste trabalho, a sigla C/A será utilizada para refererir-se à Criança e à/ao Adolescente.

apresenta como fundamental é que os sistemas citados estão articulados na forma de estruturas concêntricas inseridas umas nas outras, com forte interdependência entre elas. Os quatro níveis formam o meio ambiente ecológico em que o indivíduo se encontra, exercendo profunda influência sobre o seu desenvolvimento.

Na definição do microssistema, é possível afirmar que é no contexto que as pessoas realizam o maior número de atividades, papéis e estabelecem as interações face a face ou simbólicas (BRONFENBRENNER, 1979/1996). Yunes, Miranda e Cuello (2004) consideram que para a criança e o adolescente institucionalizado, o abrigo é muitas vezes o ambiente imediato de maior impacto em suas vidas, sendo para eles o seu principal microssistema. Entretanto, de acordo com a teoria bioecológica, não serão somente as relações que ocorrem no microssistema que terão relevância na vida da pessoa, mas também em outros ambientes mais imediatos onde estejam inseridas. Tomando como exemplo as crianças e adolescentes institucionalizados, são evidenciadas as relações que se estabelecem entre a instituição e a escola, as atividades culturais e desportivas na comunidade, a convivência com padrinhos, o que no conjunto de microssistemas, vem a constituir o mesossistema.

A condução e as decisões dos processos de destituição do poder familiar, de adoção e apadrinhamento afetivo e muitos outros assuntos que têm influência direta na vida das crianças e adolescentes são realizados em instâncias nas quais as crianças não se encontram inseridas. Apesar de não estarem fisicamente presentes nesses ambientes, as decisões que ocorrem no Juizado da Infância e Juventude, na Promotoria da Infância e Juventude, nos Conselhos Tutelares, nas Coordenações dos abrigos produzem reflexos importantes nos destinos de suas vidas. Esse espaço é o que se denomina exossistema na linguagem conceitual da teoria ecológica.

O Macrossistema refere-se ao conjunto de crenças, ideologias e valores compartilhados por uma determinada organização social. Tais crenças e concepções são determinantes para o comportamento das pessoas e tornam-se muitas vezes moduladoras das relações que se estabelecem no micro, no meso e no exossistema. Na pesquisa ora apresentada, o objetivo principal é vislumbrar as interações de crianças e adolescentes e seus cuidadores nas instituições de abrigo, buscando não somente contemplar o microssistema, mas também o macrossistema, a partir da investigação das crenças e concepções dos coordenadores e cuidadores a respeito das crianças institucionalizadas e seus efeitos nas ações educativas.

Até aqui, foram introduzidos de forma preliminar, alguns conceitos básicos da Teoria Bioecológica, para que se possa, a partir do referencial teórico apresentado, tecer

considerações sobre esses contextos e elucidar concepções que vigoravam no passado, assim como apontar os processos de transformações nos mecanismos de institucionalização. Tais transformações são mediadas pelo Tempo, que se constitui também em aspecto relevante nessa teoria, pois permite que o desenvolvimento humano seja examinado, levando em consideração a influência de mudanças e continuidades ocorridas ao longo da história.

Outro autor que será utilizado como referencial teórico neste trabalho é o psiquiatra chileno Jorge Barudy. O referido autor utiliza concepções derivadas da teoria bioecológica de Bronfenbrenner (2002) ao evidenciar a necessidade de ter uma perspectiva ecológica para compreender o desenvolvimento humano, em especial de crianças que sofrem maus-tratos. A importância de um ecossistema social como elemento de proteção infantil ocorre através da interação entre o ontossistema, microssistema, exossistema e o macrossistema (BARUDY, 2007). Por ontossitema, o autor refere-se às características pessoais da criança; por microssistema, à família; exosssistema, à comunidade e macrossistema, à cultura. A teoria do ecossistema social de Barudy (2007) apresenta similaridades com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1979/1996), descrita neste trabalho e que fundamenta teoricamente a pesquisa aqui apresentada. Barudy (2007) tem seu trabalho de pesquisa e intervenção voltado para a prevenção e tratamento de crianças vitimas de maus tratos. Conforme o autor, o individuo possui bases biológicas, psicológicas e sociais que incentivam o cuidado de sua prole, estando ao alcance de qualquer comunidade humana.

1.3 A Institucionalização da criança e do adolescente: processos históricos e sociais

No movimento dialético de pesquisar e buscar subsídios visando evidenciar as interações que se estabelecem nas instituições de abrigo para crianças e adolescentes, é importante entender de que forma a institucionalização se configurou através dos tempos e quais concepções vigoravam no passado, a fim de que possamos estar mais capacitados para contemplar as possíveis evoluções conceituais ocorridas. A utilização do termo instituição pode ser encontrada na referência para escolas, hospitais, creches, casa lares, instituições profissionalizantes e instituições onde as crianças residem, sendo que as últimas se constituíram no foco de nossa atenção neste trabalho. Conforme definição de Orionte e Souza (2007),

> instituições de abrigo são aquelas que atendem crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido violados, e por essa razão precisam ser temporariamente afastados da

> família, até que possam retornar ao seio familiar, ou até mesmo obter inserção em famílias substitutas. (p. 108)

No momento que investigamos a trajetória do abandono e o advento da institucionalização, encontramos autores como Carvalho & Lordelo 2002; Rizzini & Rizzini, 2004, que sugerem reflexões a respeito dos conceitos que vigoravam no passado. Nas Escrituras existem referências à violência impetrada contra crianças através da história bíblica da Matança dos Inocentes em Jerusalém, onde o Rei Herodes, temendo perder o poder para um possível rei rescém-nascido, manda matar todas as crianças de até dois anos de idade. No período da Idade Média, o pai na condição de proprietário da vida dos filhos, detinha o poder de dar-lhe a vida, assim como de retirar-lhe conforme assim desejasse. No Império Romano, o abandono era prática comum caso o pai desconfiasse de adultério da esposa, ou simplesmente por considerar que já possuía herdeiros suficientes (NOAL & NEIVA-SILVA, 2007).

A institucionalização surgiu em meados do século XVII sob a égide da proteção das crianças. Conforme Carvalho e Lordelo (2002), apesar das instituições objetivarem a garantia da sobrevivência das crianças ali deixadas, o índice de mortalidade infantil era elevado, devido às precárias condições a que eram submetidas. A falta de recursos e as parcas noções de cuidados básicos e higiene prevaleciam e, como consequência, o índice de sobrevivência nesses locais era muito baixo. Os cuidados passaram a se efetivar a partir do momento em que foi constatado que crianças e adolescentes institucionalizados poderiam ser utilizados para fins econômicos e militares. Em decorrência de tal constatação, passaram a ser vistas como mão-de-obra barata. Com a justificativa de oportunizar profissionalização, aprendiam desde cedo a trabalhar, assim como se engajavam em uma cultura que determinava o seu papel social. No caso das meninas, os serviços domésticos, e no dos meninos, os trabalhos de artesão e operário. Sob a máscara da filantropia, a sociedade explorava o trabalho das crianças, então consideradas “filhos de ninguém”.

> Assim, as crianças pobres e os filhos livres dos escravos eram destinados às escolas profissionalizantes, aos reformatórios, aos asilos, e às creches de cunho assistencialista, ligadas à área da saúde, da assistência social e jurídica, com uma educação voltada para a submissão, na qual a preocupação primeira era com o controle e com os cuidados básicos. (CARVALHO & LORDELO 2002, p. 21)

Em seu trabalho de pesquisa, Costa (2005) faz considerações sobre a trajetória da assistência à criança no período colonial brasileiro. A autora faz referência aos séculos XVI e XVII, quando a assistência à criança era realizada pela Companhia de Jesus. Por volta do século XVIII surge um novo sistema de assistência chamado “Roda dos Expostos”, que

consistia em locais onde as crianças eram deixadas sem a necessidade de identificação. Conforme as crianças ingressavam nestes locais, elas passavam a ser de responsabilidade da instituição, sendo garantido o anonimato de quem "dispensava" a criança.

Nessa perspectiva, os cuidados com a criança tinham um caráter assistencial. A maioria dos cuidados ficava nas mãos das religiosas, nas "Santas Casas de Misericórdia", e somente no final do século XIX a atividade passou a ser de responsabilidade do Estado e de instituições privadas. Carvalho e Lordelo (2002) consideram a Proclamação da República um marco de virada, pois o Estado voltou-se para a formação de uma identidade do País, passando a olhar para aqueles que seriam o futuro da nação. Entretanto, circunstâncias como a abolição da escravatura e a urbanização crescente produziram um enorme contingente de crianças abandonadas. É aí que a infância adquire uma dimensão social e deixa de ser de responsabilidade única da Igreja, tornando-se competência do Estado. Juliano (2005) considera que as dificuldades ainda enfrentadas para efetivar políticas públicas para indivíduos em situação de vulnerabilidade estão, de certa forma, enraizadas em questões mais amplas que refletem os modelos sociais constituintes da nossa nação:

> ...temos o desrespeito e a violência como herança cultural em nossa constituição enquanto nação, tendo em vista que somos constituídos por invasores, degredados, escravos, imigrantes e a completa exclusão e genocídio dos nativos deste território, sendo que esta constituição sócio-histórica se reflete no descompasso das conquistas científicas, jurídicas, sociais e a eficácia das políticas públicas para efetivar o direito à proteção integral de crianças e adolescentes, asseguradas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (p.37).

A autora entende que a mudança de paradigmas, de concepções e do inconsciente coletivo de uma nação é muito lenta. Olhando para o passado e fazendo uma retrospectiva histórica sobre as origens de nossas concepções sobre a infância e juventude, é possível identificar as "teorias implícitas" que ainda movimentam as práticas de vários atores sociais que conduzem as políticas públicas do nosso País. Teorias implícitas são representações mentais que formam parte do sistema de conhecimento dos indivíduos com base no acúmulo de experiências pessoais oriundas do contato com práticas culturais e formas de interação social (RODRIGO, RODRIGUEZ & MARRERO, 1993).

Kaminski (2002) relata que consta nos registros da nossa história que as crianças eram vendidas para servirem de escravos e exerciam trabalhos muito além de suas capacidades. A exigência para o desempenho no trabalho se devia às despesas de alimentação e vestuário, consideradas semelhantes à dos adultos. Sua produtividade deveria ser então, equiparada a estes. Nesse período, as crianças e adolescentes do sexo masculino eram utilizados como

mão-de-obra nas embarcações marítimas, sendo que a atuação das crianças ultrapassava as rotinas de trabalho. Os meninos eram utilizados pela tripulação para atividades sexuais, já que havia a crença de que a presença do sexo feminino nas embarcações traria azar à tripulação. Como agravante da situação, a tripulação que lotava os navios era em média de 80 homens, que permaneciam no mar por quase um ano. Hoje, diante de tais dados históricos, a reação é de revolta e indignação, sendo que eles devem ser considerados dentro do seu contexto sociocultural. Naquela época, os mesmos fatos não apresentavam o mesmo significado de hoje, pois as crianças não tinham o reconhecimento e *status* de sujeito de direitos. Vale pensar que, no passado, atitudes que eram socialmente aceitas, hoje causam reações de repúdio para muitos. Entretanto, não se pode desconsiderar que essa página da nossa história não foi completamente virada. Há muitos motivos ainda para indignação. Basta constatar o número elevado de crianças que sofrem maus tratos, o alto índice de trabalho infantil, aquelas que são negligenciados por suas famílias, que vivem em situação de rua e que são exploradas sexualmente. Apesar do repúdio vinculado ao discurso social, situações semelhantes são ainda produzidas e mantidas pela sociedade no Brasil e em outros lugares do mundo.

Contudo, muitos posicionamentos sobre a infância e sobre crianças e adolescentes institucionalizados vêm sendo modificados. No Brasil, o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) é um dos marcos fundamentais das referidas mudanças. A sociedade passou, a partir da sua promulgação, a contar com leis que servem como princípios norteadores das ações destinadas às crianças e aos adolescentes. Entretanto, percebe-se a necessidade de resgatar o conhecimento das concepções de séculos passados, que em nome da proteção, promoviam locais de abandono e exclusão. Vale pensar em que medida isto pode estar a ocorrer nos dias atuais, caso os ambientes não proporcionem oportunidades iguais ou equivalentes às oferecidas às demais crianças.

Para melhor compreender a história dos comportamentos humanos, deve-se considerar o contexto de cada época e as concepções que modulavam tal sociedade. Pode-se conceber que algumas das mudanças ocorridas no âmbito social e cultural ocasionaram transformações quanto à forma de ver e tratar crianças e adolescentes, com reflexo direto nos ambientes destinados a elas. De acordo com Siqueira e Dell'Aglio (2006), foi a partir de 1860 que apareceram as instituições com o fim de abrigar e educar menores "desvalidos". As autoras pontuam que a menina foi essencialmente mais protegida, devido à preservação da honra e da castidade. Tal concepção é confirmada na cidade do Rio Grande, pelo fato de que a mais antiga instituição do município ter na sua origem (1977), sido construída para acolher somente crianças e adolescentes do sexo feminino, situação que perdura até hoje.

O início do período em que as crianças já não são mais tão negligenciadas em seus direitos se dá em 1960, nos Estados Unidos, com as discussões sobre a “síndrome da criança espancada” (AZEVEDO & GUERRA, 1997). Começa uma etapa em que os maus-tratos sofridos pelas crianças passam a ser considerados uma forma de vitimização. As mudanças são expressivas e o que era aceito em outros tempos, é hoje considerado pela Constituição Brasileira ato criminoso sujeito a penalidades. Conforme citado anteriormente, tais mudanças são importantes, mas ainda há um longo caminho a percorrer, antes de afirmar-se que os direitos das crianças e adolescentes estão sendo devidamente respeitados. As mudanças incluem desde a perspectiva dos castigos físicos nas famílias, que sob a máscara da educação e formação da criança, legitimam práticas que se reportam às concepções do passado. Há que se considerar também o quanto são comuns ações que não deixam marcas físicas, mas que vitimizam psicologicamente a criança, através de humilhações, desqualificações e abusos de poder.

A partir dessa breve retrospectiva, e das reflexões sobre o percurso histórico da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, percebem-se evoluções e estagnações. É notório que a posição social da infância vem se modificando, e isto vem contribuindo para mudanças positivas no âmbito do funcionamento institucional.

Na década de 80 do século XX, os sociólogos da infância passaram a questionar qual o lugar da infância na sociedade e nas investigações sociológicas. Surge o compromisso de conduzir as investigações “com as crianças em vez de sobre elas”. De acordo com O’Kane (2005), a emergência desse paradigma reflete em parte o afastamento da visão de crianças como recipientes passivos da socialização adulta para um reconhecimento de que as crianças são atores sociais de direitos próprios e participantes ativos na construção e determinação das suas experiências, das suas vidas e da sociedade em que vivem. Dentro dessas concepções, podemos citar a atuação do CEP-RUA – Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos (as) de Rua, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, e à Universidade Federal do Rio Grande, FURG, que têm como objetivo principal a investigação e a elaboração de propostas de intervenção junto a populações em situação de risco social e pessoal, com ênfase na infância. (www.ailha.com.br/ceprua, www.ceprua.furg.br).

Diversos autores reconhecem que as instituições podem deixar marcas no desenvolvimento de crianças e adolescentes (ALEXANDRE & VIEIRA, 2004; BAZON & BIAZOLI ALVES, 2000; YUNES, MIRANDA & CUELLO, 2004) e abordam a necessidade de mais pesquisas e reflexões sobre os contextos em que as crianças institucionalizadas estão inseridas. O reordenamento de alguns dos princípios é pungente. A ênfase reside na

importância de um acolhimento afetivo, que promova relações estáveis e duradouras (BRONFENBRENNER, 1979/1996; 1990; BRONFENBRENNER & MORRIS, 1998; SILVA, 2004; SPITZ, 2000) Nos estudos realizados acerca do universo institucional e suas possíveis consequências na vida das crianças e adolescentes que nele convivem, encontram-se diferentes posicionamentos e questionamentos. Isto não surpreende, pois o tema envolve, antes de tudo, o rompimento com crenças historicamente constituídas. Muitos profissionais, não só das instituições, mas de toda a rede ampliada, ao atuar junto às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ainda têm concepções fundamentadas em antigos paradigmas, que privilegiam exclusivamente os aspectos orgânicos e desconsideram os aspectos afetivos e psicológicos (ORIONTE & SOUZA, 2007).

Acredita-se que, para promover transformações realmente efetivas, devem-se buscar mudanças no atendimento que outrora foi sustentado por concepções filantrópicas, para o oferecimento de uma rede de apoio social e afetiva para as crianças, aos adolescentes e às famílias em situação de risco. Não existe, na constatação feita, o entendimento de que a filantropia se constitua em ação negativa, mas sim, de que todos os indivíduos em situação de vulnerabilidade necessitam de ações comprometidas do poder público e de toda a sociedade, a fim de que possam mudar seu *status quo*. Consideram-se como marco deste processo, as novas concepções que a comunidade científica vem produzindo através de pesquisas e discussões nesse campo, oportunizando inúmeras mudanças, oportunizando a comunidade a transformar atuações sustentadas por princípios de filantropia para uma visão de responsabilidade social.

A proposta do capítulo foi entender as atuações das instituições do passado, para poder melhor entender as transformações que ocorreram até o momento atual. Vários aspectos que vigoravam no passado foram encontrados ainda hoje, sendo denominados fatores de risco. Portanto, parece necessário elucidar o que vem a ser risco, assim como o que pode ser considerado proteção, mais precisamente em relação à criança e ao adolescente institucionalizado.

1.4 Os abrigos: interfaces do risco, proteção e processos de resiliência

A partir das análises feitas sobre o cenário histórico das instituições de abrigo, podem-se constatar inúmeras circunstâncias desfavoráveis ao amparo das crianças. A falta de condições básicas que produziam alto índice de mortalidade, a exclusão social e oferecimento

de oportunidades que determinavam a condição permanente a uma posição de subserviência, assim como o desconhecimento de necessidades subjetivas das crianças e adolescentes, compuseram o cenário. Práticas educativas violentas e desumanas se constituíam na forma de intervenção educacional. Eis o panorama que perdurou durante um longo período e, embora a denominação de situações de risco para condições desfavoráveis ao desenvolvimento do indivíduo seja usada na modernidade, sua presença nos contextos da antiguidade era evidente, tanto quanto seus efeitos.

O conceito de risco vem sendo usado para definir situações que expõem o indivíduo ou grupos de pessoas às adversidades. Pelo senso comum, o termo refere-se a situações de perigo. Autores que têm como foco de pesquisa o desenvolvimento humano levam em consideração o que pode vir a afetar esse mesmo desenvolvimento, isto é, quais fatores colocam em risco o bem-estar e o crescimento psicológico das pessoas (PESCE, ASSIS, SANTOS & OLIVEIRA, 2004; SAPIENZA & PEDROMÔNICO, 2005). O construto em questão vem sofrendo transformações, ao passar de uma visão individual para uma visão ecológica, imprimindo a concepção de interação e relação entre o indivíduo e seu ambiente. Cada vez mais, o conceito de risco aparece em questões relacionadas a aspectos psicossociais. Situações que envolvem o indivíduo e seu ambiente, como conflitos familiares, perdas de entes queridos, maus-tratos e situação socioeconômica de extrema carência, passam a ser considerados riscos psicossociais (CASSOL & ANTONI, 2006). Tais fatores são elementos com grande probabilidade de desencadear um evento indesejado, mas será a associação em dado momento com outros fatores de risco que aumentará a probabilidade da interrupção do desenvolvimento saudável do indivíduo (RUTTER, 1999). Sapienza e Pedromônico (2005) consideram que: “mais importante do que o risco isolado, a combinação de adversidades produz consequências negativas em diferentes áreas do desenvolvimento” (p. 211).

Nota-se que existe uma mudança na concepção de risco como fenômeno estático, para um conjunto de situações relacionadas entre si, o que passa uma idéia de dinamismo e processo. Não é mais possível reconhecer de forma linear o que poderá se constituir em risco e que “certamente” afetará o indivíduo. Segundo Yunes e Szymanski (2001), “riscos psicológicos são flutuantes na história do indivíduo, e a repercussão de determinados fatos são vivenciados [sic] de forma diversa de acordo com aspectos subjetivos do indivíduo” (p.24).

Na revisão de literatura sobre o impacto da institucionalização na infância e na adolescência, Siqueira e Dell’Aglio (2006) apresentam diferentes pontos de vista encontrados sobre o tema. São muitos os autores que fazem considerações sobre as condições desfavoráveis da institucionalização de crianças e adolescentes. Rizzini (1997) alerta que a

criança institucionalizada, mesmo ao receber cuidados alimentares, higiênicos e médicos, caminha tardiamente, demora a falar e tem dificuldades em manter ligações significativas. Nas observações de Carvalho e Lordelo (2002), aparece a evidência do atraso na aquisição da linguagem e da locomoção em crianças institucionalizadas. As autoras entendem que o ambiente institucional não constitui o melhor ambiente de desenvolvimento e que a padronização, o alto índice de criança por cuidador, a falta de atividades planejadas e a fragilidade das redes de apoio social e afetivo são aspectos que causam prejuízo àqueles que convivem no ambiente institucional.

As experiências de Yunes, Miranda & Cuello (2004) com a pesquisa institucional concluem que o atendimento nesses ambientes ainda permanece estagnado e restrito às necessidades básicas de abrigo e acolhimento, não havendo evidências de preocupações com as dimensões de cuidados associados à educação. As autoras concluem que as instituições pesquisadas ainda se apresentavam como locais distantes dos princípios de desenvolvimento. Isso pode ocorrer pelo fato de que nos abrigos há o predomínio de uma função assistencialista, e de que dificuldades tais como o baixo número de funcionários, sobrecarga de tarefas, atendimento pouco eficaz, assim como a precariedade na comunicação dentro do microssistema institucional são fatores que refletem as dificuldades de articulação na rede de apoio social.

Levar em consideração os aspectos levantados pelos autores mencionados, os quais apresentam as instituições de abrigo como ambientes de risco, é importante para reorganizar ações que visem a transformar esses espaços. Tal reorganização se faz necessária para que eles possam realmente se constituir em elementos efetivos na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes que muitas vezes necessitam permanecerem longos períodos de suas vidas nas instituições.

Segundo Rutter (1985), “fatores de proteção referem-se a influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação” (p. 600). Yunes e Szymanski (2001) consideram que o papel dos fatores de proteção é poder modificar a resposta do indivíduo em situações adversas mais do que favorecer diretamente o desenvolvimento. As autoras reiteram os conceitos de Rutter (1987), quando as mesmas observam que não podemos equiparar mecanismos de proteção a condições de baixo risco. Mecanismos de proteção não têm o mesmo significado de experiências positivas. Sapienza e Pedromônico (2005), ao referirem-se aos mecanismos de proteção, abordam os mecanismos individuais que têm a ver com atributos inerentes à personalidade do indivíduo, tais como habilidades para a resolução de problemas, competência e senso de eficácia. Em relação aos

mecanismos individuais, Rutter (1985) faz a ressalva de que existe uma relação entre a maneira como a pessoa lida com as transições e mudanças da sua vida e o sentido que ela dá às experiências, assim como a forma como atua diante de circunstâncias adversas. O autor denomina tais situações de superação como “pontos de virada”. Essa forma de encarar momentos de dificuldades está diretamente ligada ao sistema de crenças que os indivíduos, as famílias e até mesmo determinados grupos sociais possuem, e vinculam-se às maneiras otimistas, ou não, de encarar a vida (WALSH, 2003). Entender a relação que o indivíduo estabelece com os acontecimentos, ou melhor, com o sentido que ele confere a tais acontecimentos é fundamental. Será o sentido atribuído aos fatos, que irá gerar as respostas aos eventos referidos, e poderá atuar de forma profética. Portanto, a interpretação dada ao evento poderá produzir uma cadeia de reações em seu ambiente, que pode vir a confirmar o sentido inicialmente atribuído.

Alguns autores consideram que, embora o indivíduo possua atributos individuais que facilitam a superação de momentos de adversidades, os mesmos se manifestarão se estiverem interligados com aspectos externos como: cuidados estáveis, qualidade de relacionamento com pares e adultos e a possibilidade de identificação com modelos competentes que se constituem em um suporte social (SAPIENZA & PEDROMÔNICO, 2005). A necessidade que cada indivíduo possui, da presença atenta de outras pessoas (principalmente se estiver vivendo situações de adversidades), faz pensar no conceito de rede de apoio social e afetivo. A rede é considerada atualmente uma importante dimensão do desenvolvimento humano, ligada à percepção que o indivíduo possui das relações interpessoais que pode vir a estabelecer. Ao procurar o significado da palavra rede, foi encontrada a relação com tecido de malha larga que serve para agarrar o peixe, ou tecido de malha que serve para segurar o cabelo (BUENO, 1996). A idéia principal é de segurar algo, impedir que venha a cair, sendo que se pode atribuir simbolicamente a mesma função às relações interpessoais significativas. As áreas da Sociologia e da Psicologia se apropriaram do termo para referendar o apoio social dispensado aos indivíduos, em momentos de adversidades. Alexandre e Vieira (2004) apontam que as redes de apoio sociais e afetivas são fundamentais e possibilitam condições de resolver de forma mais adequada, situações que individualmente seriam impossíveis. O conceito é dinâmico, modificando-se constantemente, por haver pessoas que se incluem e se excluem de suas relações no decorrer da vida. De acordo com Brito e Koller (1999), a rede de apoio social é definida como um conjunto de sistemas e pessoas significativas que compõem os elos de relacionamentos recebidos e percebidos do indivíduo.

Teóricos que se dedicam à compreensão dos mecanismos de proteção e apoio social oferecidos à população em situação de risco buscam categorizar os diversos apoios segundo sua especificidade. Em pesquisa sobre o apoio social em populações pobres, Lever e Martinez (2007) reconhecem três tipos de apoio: instrumental, material e emocional. Para os autores, o apoio instrumental refere-se a conselhos ou informações proporcionados ao sujeito, assim como condutas que têm como objetivo promover a adaptação do indivíduo ao seu meio ambiente. O apoio material está relacionado à disponibilidade de recursos materiais, cujo fim é a resolução de problemas práticos - alimentação, moradia e transporte. Apoio emocional refere-se à experiência de sentir-se amado, valorizado, respeitado, podendo contar com os outros e fazer parte de um grupo. Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004) sugerem a existência de quatro dimensões de apoio social: o apoio emocional vinculado ao sentimento de confiança, à disponibilidade de ouvir, compartilhar preocupações/medos e compreender os problemas; o apoio de informação, através do recebimento de sugestões, bons conselhos; o apoio afetivo, que se refere à demonstração de afeto e amor, como dar um abraço; e o apoio de interação positiva, obtido ao compartilhar atividades prazerosas, brincar e se divertir.

Uma rede de apoio social eficiente é considerada um dos fatores de proteção de maior consenso na literatura sobre resiliência. A utilização do conceito de resiliência relacionada aos indivíduos é recente. Pode-se dizer que a área da Psicologia tomou emprestada da Física e da Engenharia o conceito de resiliência, com as devidas adaptações. Yunes e Szymanski (2001) fazem referência ao cientista inglês Thomas Young que, ao investigar a relação entre a força que era aplicada em determinado material e a deformação que ocorria, conduziram o pesquisador a formular conclusões sobre a relação existente entre força, compressão e elasticidade. O termo resiliência é utilizado para referir-se à capacidade que determinados materiais possuem de não sofrer deformações permanentes, apesar dos fortes impactos a que são submetidos. A constatação dos níveis de resiliência pode ser realizada em laboratório, onde medições determinam a capacidade de resiliência dos materiais, ressaltando que diferentes materiais apresentam também diferentes módulos de resiliência (YUNES & SZYMANSKI, 2001). O termo ainda pode ser utilizado na ecologia, para avaliar a capacidade que um ecossistema possui de retornar às condições originais de equilíbrio dinâmico, após sofrer estresses, como por exemplo, incêndios e descargas poluentes.

Embora a utilização e estudo desse fenômeno na área da Psicologia seja fato relativamente recente, percebe-se evoluções na forma de conceituação. Inicialmente esteve relacionado com uma capacidade individual de superação, especialmente em relação à criança e ao adolescente. Atualmente tem sido estendido também às famílias em situações de

vulnerabilidade, crises e sofrimentos diversos (CECCONELLO, 2003; WALSH, 1998, 2003) assim como a grupos sociais e etnias.

As referências feitas aos conceitos de fatores de proteção e resiliência apontam indícios de transformações nas formas de pensar e agir nas instituições de abrigo. Conforme citamos anteriormente, as pesquisadoras Siqueira e Dell'Aglio (2006), ao realizarem levantamento bibliográfico sobre o impacto da institucionalização em crianças e adolescentes, encontraram tanto a presença de autores que discorrem sobre os aspectos que se constituem em risco para tal evento, como também aqueles que sinalizam para o fato de que, em situações de adversidade, a institucionalização pode ser considerada um importante mecanismo de proteção. Em seu trabalho, as autoras apresentaram as concepções de Grusec e Lytton (1998), as quais consideram que os efeitos da permanência de crianças e adolescentes em instituições são variáveis e de origem multifatorial. Os fatores relevantes a serem considerados pelos autores foram: o motivo da separação da criança, a qualidade da relação prévia que estabeleceu com sua mãe, as oportunidades para desenvolver relações de apego depois da separação, a qualidade do cuidado na instituição, a idade da criança, a duração da separação, o sexo e o temperamento da criança. Para os autores, será necessário levar em consideração as variáveis, para considerar o evento da institucionalização como um fator de risco ou de proteção.

Ao realizar trabalho junto à população carcerária, Altoé (1993), concluiu que os depoimentos dos apenados apontam o reconhecimento dessa população quanto às oportunidades oferecidas no atendimento das instituições, salientando que, em alguns casos, ocorrem situações ainda mais adversas na família. Ainda no mesmo estudo, ficou evidenciado que os jovens cujo ingresso na instituição ocorreu em idade mais precoce e a permanência no abrigo foi mais longa, permitiu um melhor aproveitamento dos recursos oferecidos, vindo a cometerem menos delitos e/ou crimes após os dezoito anos. Outro trabalho realizado por Santana, Doninelli, Frose & Koller (2005) constatou que os jovens pesquisados atribuíram às instituições de atendimento um significado positivo para suas vidas, sendo considerado de forma conclusiva que os locais pesquisados formam parte significativa da rede social e afetiva desses adolescentes. Os dados apresentados são corroborados por Brito (1999), que pesquisou subsídios para a intervenção comunitária para meninos e meninas em situação de rua e que estivessem usando drogas.

Na pesquisa de Dell'Aglio (2000), a autora analisou os resultados obtidos nas entrevistas com crianças que conviviam com suas famílias e crianças institucionalizadas, não sendo encontradas diferenças nos aspectos intelectuais, desempenho escolar e estratégias de

coping. Entretanto, foram encontradas diferenças nos índices de depressão, mais acentuadamente no sexo feminino. A pesquisadora faz a ressalva de que o resultado não pode ser interpretado como indicação causal entre institucionalização e depressão, tendo em vista que a institucionalização se deu em consequência de eventos traumáticos na família, podendo ser este o principal fator de risco para a depressão. Aponta também para o fato de que muitos participantes entrevistados perceberam a institucionalização como um evento positivo em suas vidas. Em estudo realizado acerca da percepção que crianças em situação de rua possuíam sobre suas famílias, Yunes, Arrieche, Tavares e Faria (2001), concluíram que os jovens pesquisados apresentavam em seu discurso certa oscilação na forma de conceber a família pensada, para a família vivida, aquela que se desvela na realidade do cotidiano. Na primeira ocorre uma idealização, como um bom ambiente, para em outros momentos da pesquisa reconhecer as difiuldades e sofrimentos vividos naquele ambiente. Também encontraram no discurso dos jovens, durante a pesquisa, referências ao bom tratamento propiciado pelos cuidadores das instituições.

As transformações vinculadas à institucionalização como movimentos históricos e sociais, evidenciam segmentos que desejam e buscam modificações nesses contextos. Antigamente as instituições destinadas às crianças e adolescentes tinham fisicamente um aspecto de quartel e acolhiam um número elevado de jovens. Eram preferencialmente afastadas do perímetro urbano, com rotinas rígidas e estruturadas (DEL PRIORE, 2000). Tal modalidade de estrutura vem sendo abolida. Entretanto, as mudanças principais a serem buscadas, residem em aspectos que fogem aos físicos e concretos. São questões que vão além daquilo que nossos olhos podem enxergar. As mudanças necessárias, na verdade, estão vinculadas às relações interpessoais que se estabelecem nesses ambientes e certamente será o que produzirá a diferença.

Em entrevista recente sobre questões de resiliência em indivíduos e famílias, Yunes (2007) levantou algumas questões relacionadas aos ambientes socialmente saudáveis. Citou como exemplo as boas escolas, lideradas por bons diretores, professores e cuidadores. De acordo com a autora, estas escolas se fazem boas, não pela beleza do prédio, do número de salas e computadores, mas pela qualidade das relações entre as pessoas, pelo preparo humano e profissional dos trabalhadores sociais, enfim, pela atmosfera de “pré-ocupação” com a felicidade das pessoas. Pode-se dizer o mesmo em relação às instituições de abrigo para crianças e adolescentes.

Portanto, embora ainda se constate que os efeitos da institucionalização de crianças e adolescentes é tema controverso, percebe-se a convergência do entendimento quanto à

atenção que deva ser dispensada à qualidade das interações entre todos os segmentos inseridos no contexto institucional: crianças e adolescente abrigados, suas famílias, funcionários e cuidadores.

1.5 As necessidades relacionais da infância e os bons tratos

Na vivência institucional é possível observar o poder que as interações significativas possuem no desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. Jorge Barudy, psiquiatra chileno, dedica-se, juntamente com sua equipe, à pesquisa e intervenção ao fenômeno social dos maus tratos sofridos por crianças e adolescentes. A abordagem do referido autor apresenta uma perspectiva ecológica, proporcionando aportes importantes para o desenvolvimento de modelos de compreensão e intervenção psicossocial ao tema. Uma das importantes contribuições do autor citado refere-se ao "poder dos bons tratos", oferecendo evidências no plano biológico, social e psicológico. A fim de garantir a sobrevivência da espécie, um aspecto fundamental reside em assegurar o cuidado necessário aos bebês humanos, que, por nascerem inacabados, necessitam dos cuidados dos adultos para chegarem à idade adulta. Ainda evidenciando o aspecto biológico, o autor faz a ressalva de que uma criança que tenha em seu mapa genético uma enfermidade hereditária poderá vir a ter a evolução da enfermidade atenuada, caso esteja inserida em um ambiente de bons tratos. Borges, Kristensen e Dell'Aglio (2006), em artigo que discorre sobre aspectos relativos aos processos de resiliência na adaptação ativa do organismo ao ambiente, mencionam a relação da neuroplasticidade com os maus tratos, assim como em processo inverso, a mesma capacidade plástica permite uma reorganização neural a partir do momento em que experiências "nutritivas" são oferecidas. Quanto aos aspectos psicológicos, Barudy (2007) considera que:

> existe um acuerdo general entre los investigadores de la infância según el cual, para lograr la salud mental de los niños, hace falta asegurales lazos afectivos de calidad- de buen trato- incondicionales, estables y contínuos (p.64).

Apesar de ser indiscutível o fato de que crianças e adolescentes necessitem de cuidado, é sabido que muitas delas não encontram o apoio e a atenção de que necessitam. Felizmente, tem-se reconhecido que tais interações não estão vinculadas unicamente à quantidade, mas sim ao aspecto de sua qualidade relacional. As interações significativas podem vir de experiências familiares, mas também podem ser encontradas em pessoas da comunidade, da

escola, da igreja, nos educadores, nos cuidadores e em outros contextos nos quais a pessoa esteja inserida. Percebendo o estado de privação e maus tratos a que muitas crianças estão expostas, Barudy (2007) diferencia dois tipos de parentalidade: a biológica e a social. A primeira está ligada à capacidade de procriar, sendo que a parentalidade social ocorre normalmente como uma continuidade da parentalidade biológica. Entretanto, infelizmente, para algumas crianças, os pais biológicos não possuem as competências necessárias para exercer uma prática minimamente adequada, e embora muitas vezes afirmarem querer permanecer com seus filhos, não lhes oferecem o cuidado, a proteção e a educação necessária ao seu desenvolvimento. Esses pais, devido às suas deficiências para exercer adequadamente a função, causam sofrimento e dor para seus filhos. A relação com os filhos estão vinculadas unicamente a parentalidade biológica, sendo necessário que outras pessoas ou instituições exerçam a parentalidade social. Importante ressaltar a existência de inúmeras pesquisas (PERRONE & NANNINI,1998) a sugerir que os pais que negligenciam seus filhos, normalmente foram privados de modelos adequados de cuidado e proteção, tendo sido também negligenciados em sua infância.

Crianças inseridas em ambientes que proporcionem condições de desenvolvimento têm suas necessidades fundamentais contempladas, ou seja, as necessidades fisiológicas, cognitivas, sociais e afetivas (BARUDY, 2007; BRONFENBRENNER, 1979/1996; GARBARINO & ABRAMOVITZ, 1992; LORDELO, 2002). As necessidades fisiológicas dizem respeito aos cuidados materiais e fisiológicos para se manterem vivos: o provimento de boa saúde, alimentação, habitação adequada, assistência à saúde e a existência de um ambiente que favoreça atividades físicas sadias. As necessidades cognitivas estão vinculadas à estimulação e à ajuda para o desenvolvimento dos órgãos sensoriais, memória, linguagem, pensamento lógico e, sobretudo, da capacidade de pensar e refletir. Para que as necessidades sociais sejam contempladas, a criança deve estar inserida em um ambiente comunitário, desenvolvendo capacidades de convivência, cumprindo deveres e responsabilidades junto à comunidade, assim como desfrutar de apoio e proteção social. Em relação às necessidades afetivas, deve se considerar que a criança tem direito a viver em contextos que ofereçam segurança emocional, com adultos afetivos e disponíveis, capazes de transmitir apoio e aceitação incondicional, assim como possibilitar a expressão de afetos (BARUDY, 2007).

A qualidade das interações extrapola o contato físico, e implica disponibilidade emocional. Alexandre & Vieira (2004) fazem referência à atitude de apego em relação à criança que busca proximidade e contato com uma figura específica, principalmente quando está cansada, assustada ou doente. A característica dessas interações é o sentimento de

intimidade, continuidade e permanência do contato. A relação deve ocorrer de forma que ambos sintam-se envolvidos, havendo reciprocidade e intensidade afetiva nas emoções.

A teoria de Bronfenbrenner (1979/1996) enfatiza a importância da afetividade nas interações. Entretanto, para que seja efetiva, não basta “amar”, é necessário que o sentimento seja expresso ao outro. Interações corporais como abraçar, beijar, massagear com carinho, dentre outras atitudes, são alguns exemplos. Palavras de apoio e incentivo, assim como oferecimento de cuidados especiais são outras formas de expressar afetividade. A reciprocidade se constitui em outra propriedade importante das relações interpessoais referidas por Bronfenbrenner, considerada como essencial ao desenvolvimento humano. Pode-se dizer que reciprocidade, conforme já mencionado, implica uma disposição interna de coordenar uma atividade com a outra pessoa, estabelecendo com ela uma relação. Tal propriedade faz referência ao conceito de sintonia entre duas pessoas. Bronfenbrenner (1990) afirma que “o desenvolvimento humano ocorre no contexto de um crescente jogo de ping-pong psicológico entre duas pessoas que são loucas uma pela outra” (p.31). Somente ocorrerá jogo se os participantes estiverem atentos um ao outro. Para que os indivíduos possam se beneficiar das interações, é importante que a relação vá gradativamente se alterando, por meio de que o indivíduo em desenvolvimento possa ir exercendo o controle sobre as situações e possa, como resultado de tais interações, adquirir o sentimento de eficácia e valoração. Esse movimento na relação é o que Bronfenbrenner (1979/1996) denomina de equilíbrio de poder e se constitui em importante dimensão das relações interpessoais.

Este pesquisador (1999) salienta, de forma enfática, em sua teoria, a importância das interações no desenvolvimento do indivíduo, sendo que as mesmas são denominadas, pelo autor, de processos proximais. Ele sugere a presença de cinco aspectos que constituirão processos proximais: a) Para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade; b) Para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo, não sendo possível ocorrer efetivamente durante atividades ocasionais; c) As atividades devem ser progressivamente mais complexas, por isso a necessidade de um período estável de tempo; d) Para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade nas relações interpessoais; e) Para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento.

Até o momento, as evidências de que C/A necessitam de interações significativas para impulsionar o desenvolvimento são inúmeras. Contudo, nas instituições de abrigo, onde há, na

grande maioria, uma proporção elevada de C/A por cuidador, a qualidade dessas interações pode estar prejudicada. Assim, as relações estabelecidas entre as próprias crianças e adolescentes nas instituições de abrigo têm recebido atenção por parte dos pesquisadores (FERREIRA & METTEL,1999).

As interações de cuidado entre crianças desempenham um papel de apoio emocional em situações de privação afetiva (CARVALHO & LORDELO, 2002; FERREIRA & METTEL, 1999; ALEXANDRE & VIEIRA, 2004) Nessa perspectiva, Carvalho e Lordelo (2002) mencionam que os resultados obtidos nas pesquisas com tal enfoque revelam que o sistema criança–criança apresenta um papel suportivo e reabilitador, exercido pelos pares na socialização. É importante levar em consideração que, assim como as crianças menores se beneficiam do cuidado oferecido pelas crianças maiores, também a criança que cuida pode a vir se beneficiar, pois ao exercer o cuidado, poderá perceber-se como alguém importante para o outro, capaz de gerar beneficio e bem-estar para aquele que está sob os seus cuidados. Então, tem a possibilidade de acrescentar em sua autoimagem o sentimento de eficácia. Essas interações positivas merecem ser foco de atenção nas instituições de abrigo, pois ao cuidar do outro, ser cuidado, ser receptivo aos cuidados e ser eficiente ao cuidar, possibilitam que as C/As possam ser ajudados a ressignificar o abandono. Bronfenbrenner (1979/1996) defende a introdução nas escolas, desde as primeiras séries, do que ele chama de “currículo de atendimento”. O autor faz a ressalva de que não se trata apenas de aprender teoricamente as ações de cuidar. Através de uma aprendizagem prática, os estudantes teriam a possibilidade de passar mais tempo com as pessoas, cuidando de idosos, crianças menores, doentes e solitários. A experiência com o trabalho institucional revela que, nas instituições, essa aprendizagem tão necessária para a formação integral do indivíduo acontece de forma natural, pois as crianças e adolescentes experienciam os dois papéis: “ser cuidado e ser o cuidador”.

A atual ênfase atribuída às interações significativas nas instituições de abrigo é resultado de pesquisas e observações dos envolvidos nas situações. Assim sendo, nesta altura das reflexões, volta-se a atenção para os cuidadores, pois são eles que estão diretamente comprometidos com a dimensão de “cuidar/educar/proteger”, com vistas à promoção do desenvolvimento das C/As institucionalizados.

1.6 O cuidador como fator de proteção no ambiente institucional

A Sociologia, juntamente com outras áreas das ciências humanas, tem preconizado que a violência contra a criança e o adolescente é uma produção social, e os maus tratos

aparecem frequentemente vinculados aos contextos familiares, sociais e culturais. Os sofrimentos vivenciados dentro do contexto familiar tornam-se maiores porque, na maioria das vezes, as intervenções protetivas ocorrem de forma tardia. Como fator agravante, as pessoas responsáveis por medidas de proteção, muitas vezes, não possuem conhecimento suficiente quanto à dimensão dos efeitos do abrigamento na vida da criança e do adolescente. As decisões tomadas com o intuito de proteger não vêm acompanhadas por medidas que priorizem atenuar o sofrimento inerente ao evento da institucionalização. Esse desconhecimento poderá não se restringir somente àqueles que fazem os encaminhamentos, mas estender-se também aos profissionais que recebem as crianças nas instituições. As considerações feitas sobre a importância de aplicar com cuidado as medidas que visam à proteção, remetem-nos à importância da figura dos profissionais que atuam no segmento. Serão eles, melhor dizendo, será a forma como eles atuam que se constituirá em proteção ou, inversamente, em risco.

As pesquisas mais clássicas na área da Psicologia da Infância (BOWLBY, 1990; SPITZ, 2000) sustentam a importância das relações primárias, assim como as consequências para a criança quando elas inexistem ou são insatisfatórias. Tais consequências, segundo os autores mencionados, poderão acompanhar o indivíduo durante todo o seu ciclo vital. Insegurança, ansiedade, angústia e depressão são alguns dos reflexos citados como possíveis consequências das já referidas relações frustradas. As relações que o indivíduo estabelecerá em sua vida adulta, de acordo com a teoria do apego, estarão diretamente vinculadas às internalizações que ele estabeleceu com as figuras cuidadoras. “O apego é a base para a identificação e a determinação de relações duradouras e mútuas, que são a base para a formação de uma rede de apoio social” (ALEXANDRE & VIEIRA, 2004. p. 208).

Diante da relevância das relações de apego no período da infância, a figura do cuidador nas instituições de abrigo de crianças e adolescentes emerge para ser discutida por diferentes teóricos. Siqueira, Betts e Dell’Aglio (2006) buscaram reconhecer os elementos que constituem a rede de apoio de crianças institucionalizadas. Foi constatado que os profissionais das instituições são bastante citados como apoio na área emocional e afetiva, assim como na área instrumental. Bazon e Biazoli-Alves (2000) analisaram o resultado de pesquisa sobre o desenvolvimento dos profissionais que atuam em abrigos nos Estados Unidos. Na análise foi observado que os pesquisadores daquele país consideram que a evolução pessoal dos profissionais ocorre de uma forma linear, sendo comum enfrentarem imaturidade no início da carreira e um bom desempenho com o passar do tempo.

Os mesmos autores, ao analizarem os resultados da pesquisa feita no Canadá, com profissionais das instituições de abrigo, tecem considerações sobre os resultados que evidenciam que a evolução não ocorre de forma linear e progressiva, conforme defendiam os pesquisadores norte-americanos. Os autores constataram que, ao iniciar o exercício da profissão, apresentam certo nível de imaturidade profissional. Durante a fase inicial, as intervenções dos profissionais pesquisados não contemplam as necessidades da criança abrigada, mas sim as suas próprias necessidades. Tão logo adquirem certa autoconfiança, passam a adotar determinada rigidez na aplicação das normas, sem fazer muita distinção a respeito das diferentes situações que se apresentam. Perceberam também que profissionais com mais tempo no exercício da atividade profissional demonstram desânimo, insatisfação e impotência. Os profissionais pesquisados alegam considerar o trabalho em equipe difícil, assim como o enfrentamento de dificuldades para associar teoria e prática. Diante das dificuldades relatadas pelos entrevistados, em conciliar as inúmeras exigências profissionais com as necessidades pessoais, os autores concluíram sobre a necessidade de uma supervisão regular aos profissionais em estudo.

O que se pode concluir a partir das considerações feitas pelos autores é a relevância no oferecimento de uma supervisão mais ampla a esses profissionais, ultrapassando suporte técnico, a fim de proporcionar um trabalho de reflexão e contenção emocional, para auxiliar na elaboração dos inúmeros sentimentos que a referida atividade profissional evoca. Mais do que anos de experiência, a existência de brechas que possibilitem uma elaboração cognitiva e afetiva da própria prática, no interior do contexto do trabalho, parecer ser condição mínima necessária para o desenvolvimento profissional (BAZON-BIASOLI-ALVES, 2000). Os profissionais, ao receberem o suporte necessário, tornam-se aptos a estabelecer uma espécie de distanciamento emocional de certas situações que necessitam enfrentar. Considera-se que a palavra distanciamento não tem o significado, no contexto que nos interessa, de rigidez emocional ou indiferença, mas de poder reconhecer os momentos em que as emoções e aspectos pessoais podem interferir de forma negativa na condução de situações apresentadas. Sem a necessária supervisão, corre-se o risco de ocorrerem entrelaçamentos das dificuldades da criança com as do cuidador.

Ao se fazer referência aos cuidadores de instituições de abrigo, deve-se supor indivíduos com necessidades próprias a atuar num contexto complexo onde se confrontam diariamente com problemas que solicitam tomadas de decisões imediatas. A supervisão deve ser, antes de tudo, continente com os anseios, dúvidas e frustrações desses profissionais, para tornar suas atividades mais prazerosas e qualificadas. Barudy e Dantagnan (2007) alertam

para a importância das instituições protegerem seus profissionais, dando condições para que se realizem trabalhos em equipe, nos quais cada membro possa ser fonte de apoio para o grupo e também receber um apoio recíproco e equivalente: “toda institución que no sea capaz de cuidar a sus profesionales y promover programas de autocuidado puede provocar um doble dano: a los profisionales y a los niños que receben sus cuidados.” (p. 220) Compartilham tais posicionamentos Orionte e Souza, (2007) que ao realizarem pesquisa em abrigos, mencionam a inexistência de recursos financeiros destinados ao aprimoramento profissional dos funcionários. Além disso, a falta de formação intelectual especializada e o despreparo emocional podem vir a comprometer ações mais efetivas e eficientes.

Barudy e Dantagnan (2007), ao referirem-se à atuação dos profissionais que exercem o cuidado de crianças vítimas de maus-tratos, vinculam essa atividade a algo semelhante a um trabalho terapêutico, considerando que “las relaciones son terapêuticas” (p. 214). Para eles, todo o profissional que associa recursos naturais e competências pessoais para resolver problemas, solucionar conflitos e fazer frente aos danos causados pelos maus tratos pode ser considerado terapeuta:. “terapeuta en un sentido amplio, a calquier profesional de la salud, la educación o la justicia comprometido em mejorar las condiciones de vida de sus semejantes” (p. 214). Consideram que um dos principais desafios para os profissionais que atuam com C/A vítimas de maus tratos é oferecer experiências relacionais alternativas, sustentadas pelo respeito, autenticidade e empatia, podendo assim facilitar a emergência de experiências de apego seguro. Para tanto, as relações devem contar segundo os autores, com os seguintes ingredientes:

Amor: uma relação humana que tenha amor, respeito e interesse pelo outro, pode converter-se para uma criança vítima de maus tratos em fator fundamental para a resiliência. Somente quando uma criança percebe-se verdadeiramente importante para alguém pode optar por uma vida sadia e construtiva. O aspecto destacado é um dos principais pilares nos processos de resiliência, pois pressupõe a presença de disponibilidade emocional.

Estrutura: a relação, embora seja calorosa e “nutritiva”, não deve deixar de ser fundamentalmente estruturante, no sentido de ser consistente e previsível. Esta é uma característica relacional que possibilita à criança sentir-se tranquila, segura, protegida e confiante. É fundamental que o cuidador seja firme e consistente quando a C/A necessita aprender a manejar as emoções, substituindo atitudes de rechaço e agressão por outras modalidades de relação.

Sensibilidade: a sensibilidade é um aspecto fundamental na relação. Tomamos como exemplo a sensibilidade necessária para compreender que a hostilidade se constitui em uma

das principais estratégias defensivas utilizadas por C/A vítimas de maus tratos para se protegerem de sentimentos dolorosos. O componente relacional (sensibilidade) torna-se importante para ajudar as C/As compreenderem os aspectos que impediram seus pais biológicos de exercerem as funções parentais, oferecendo à C/A uma visão de uma sequência disfuncional transgeracional, ao invés de falha de caráter de seus pais.

Empatia: as relações permeadas por empatia ajudam o cuidador a não reagir negativamente ou a distanciar-se diante das atitudes de hostilidade e indiferença das C/As, assim como ele possa ser continente afetivamente no momento em que eles falarem de suas vivências passadas e preocupações futuras.

Apoio: embora muito próximo da capacidade empática, proporcionar apoio está voltado para a capacidade de sentir-se implicado e participar ativamente na relação, oferecendo respostas de apoio às necessidades específicas de cada um, disponibilizando condições para que as C/As possam superar suas dificuldades.

Partindo-se da constatação de que a instituição é o microssistema mais importante na vida de crianças e adolescentes abrigadas (YUNES, MIRANDA & CUELLO, 2004) e que são os profissionais das instituições os membros mais citados como apoio na área emocional, afetiva e instrumental (SIQUEIRA & DELL'AGLIO, 2006) das crianças e adolescentes, torna-se importante compreender como se constituem tais interações no ambiente institucional. Evidenciar como se caracterizam os cuidadores percebidos como protetores e quais dimensões das suas interações na instituição possibilitam as referidas percepções, se constituem em uma das formas de utilizar a pesquisa para qualificar estes ambientes.

2. MÉTODO

Este trabalho utilizou como metodologia o estudo exploratório, descritivo, qualitativo, tendo como base teórica a abordagem Bioecológica de Bronfenbrenner (1997/1996, 1995). A teoria sugere a inserção ecológica do pesquisador no ambiente de pesquisa, buscando estabelecer proximidade com o seu objeto de estudo (CECCONELLO,2003; CECCONELLO & KOLLER, 2004; PRATI, COUTO, MOURA, POLETTO E KOLLER, 2008), contemplando aspectos relacionados ao Contexto, ao Processo, à Pessoa e ao Tempo.

2.1 Descrição do contexto da pesquisa

A presente pesquisa ocorreu em duas instituições de abrigo não governamentais da cidade do Rio Grande/RS, sendo que ambas fazem parte da rede de atendimento às crianças e adolescentes de ambos os sexos. As instituições a serem pesquisadas estão localizadas no perímetro urbano da cidade e serão assim denominadas: Inst. A e Inst. B. A Inst. A teve como motivo de fundação, ocorrida em 1999, o acolhimento de crianças e adolescentes provenientes de um abrigo fechado anteriormente por determinação judicial. A equipe de funcionários é composta por duas coordenadoras, uma pedagoga, uma psicóloga, um motorista, uma cozinheira e quatorze atendentes. A Inst. B, fundada em 1988, por segmentos da comunidade, vinculados a um clube de serviço, o que veio a atender uma demanda do poder judiciário em relação à necessidade de um local destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco social. A equipe de funcionários é composta por uma coordenadora, um motorista e dezesseis atendentes. O número de crianças/adolescentes abrigados em cada uma das instituições pesquisadas está entre vinte e cinco e trinta C/A, sendo que por razões específicas desses ambientes, o número é oscilante.

A equipe que realizou a inserção ecológica evidenciou diferenças quanto ao ambiente físico das instituições, conforme registrado em diário de campo. A impressão obtida durante a inserção foi que na Inst. A o ambiente propicia um atendimento mais individualizado, sem a existência de grades nas portas e janelas, sendo que as C/As têm acesso irrestrito aos dormitórios. A organização dos jogos no vídeo-game é feita pelas C/As, bem como existem grupos de trabalho das C/As que auxiliam nas atividades de limpeza e higiene da casa. O prédio encontra-se em estado de boa conservação, com dormitórios amplos e decorados de acordo com a faixa etária. A pintura externa e interna feita com cores quentes e as aberturas

são amplas, possibilitando um ambiente arejado. Perceberam que as C/As utilizam brinquedos e jogos em suas rotinas. Evidenciam a existência, no pátio, de um canil, onde as C/As exercem o cuidado material e afetivo de seu cão. Como resultado dos registros relativos ao aspecto físico da Inst. B, a equipe percebe que o prédio é antigo, inicialmente construído para ser um ambiente menor, mas conforme as necessidades, ampliações foram sendo feitas, não privilegiando aspectos estéticos. O ambiente físico não tem decoração e a iluminação é pouca. A equipe observa a presença de muitas grades, não só nas aberturas externas, como também separando os ambientes internos da instituição. As C/As, ao estarem em determinado ambiente, têm sua livre circulação impedida pela presença das grades de ferro, devendo permanecer no espaço físico determinado pelo cuidador. O oferecimento de jogos e brinquedos não faz parte da rotina dos cuidadores da instituição.

2.2 Participantes

Foram participantes da investigação:

1. Equipe de pesquisa composta por uma acadêmica de Pedagogia e uma de Psicologia, que frequentaram as instituições com a finalidade de observar as interações nas díades, tríades e grupos maiores, realizando, assim, a inserção ecológica;
2. Um funcionário da coordenação de cada abrigo perfazendo um total de dois;
3. Onze crianças/adolescentes de cada abrigo, perfazendo um total de 22 C/A.
4. Dois cuidadores de cada instituição, sendo um escolhido pela coordenação e outro, pelas C/As entrevistadas, perfazendo um total de quatro.

2.3 Procedimentos para a coleta de dados

As entrevistas foram realizadas na instituição, em horários alternados, adequando-se às atividades dos entrevistados. Foram realizadas mais entrevistas do que as planejadas com as C/As, já que elas demonstravam interesse em participar da brincadeira de repórter. Entretanto, no momento de realizar as análises, foi levado em consideração somente o número de entrevistas previsto inicialmente. Todos os segmentos entrevistados demonstraram

disponibilidade em falar sobre as vivências institucionais, sendo que, em especial, as cuidadoras eleitas emocionaram-se durante as entrevistas.

Os procedimentos de pesquisa foram organizados diferentemente em cada etapa do projeto. Para se chegar à escolha dos cuidadores mais citados como profissionais significativos para as C/As, foram seguidos os seguintes passos:

1- Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com a coordenação dos abrigos (ANEXO B). Os dirigentes foram motivados a apresentarem suas concepções sobre qualidade relacional no abrigo e as características que consideravam importantes no cuidador apontado, assim como as dificuldades percebidas nessas relações. Após a conclusão da etapa das entrevistas, a coordenadora da Inst. B desligou-se da Instituição, sendo que a substituição ficou a cargo de uma funcionária que já estava atuando junto à coordenação.

2- Em cada visita aos abrigos, o pesquisador convidava as crianças para brincarem de repórter. O pesquisador desempenhava o papel de repórter e a criança, o de entrevistado. Em relação aos adolescentes, o convite foi feito de forma direta, informando o tema da pesquisa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as crianças/adolescentes de cada abrigo que manifestaram interesse em participar da pesquisa (ANEXO C). A idade dos participantes foi uma variável importante e, portanto, foram convidadas as crianças com idade mínima de sete anos e máxima de dezesseis anos. Com isso, buscou-se avaliar as percepções das interações sob a perspectiva de diferentes etapas do desenvolvimento infantil. Foram tomadas precauções de manter similaridade nas idades dos entrevistados nas duas instituições.

3- A última etapa da investigação proposta consistiu na realização de entrevistas semi-estruturada dirigidas aos cuidadores eleitos (ANEXO D), visando identificar as suas concepções de infância, educação, cuidado, institucionalização e o impacto de suas experiências pessoais nas interações com crianças/adolescentes institucionalizados.

A equipe auxiliar recebeu treinamento durante três encontros, visando à capacitação para realizar observações e reconhecer elementos de reciprocidade, afetividade e equilíbrio de poder nas díades, tríades e grupos liderados por cuidadores. Foram considerados critérios de identificação dessas dimensões: a frequência de contato visual, o contato físico, a realização e tipo de atividades conjuntas, os tipos de monitoramento e de cuidados, as formas de exigências e de colocação de limites e disciplina e as diferentes formas de atenção dispensada

às crianças/adolescentes. As observações ocorreram em diferentes dias da semana e em diferentes turnos, a fim de que houvesse a visualização das relações em diferentes momentos da rotina institucional. As observações foram realizadas pelo período de duas semanas. Durante as mesmas, as equipes utilizaram o diário de campo para o registro de percepções.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para a realização das análises.

Deve-se ressaltar que a proposta inicial do trabalho consistiu em entrevistar um cuidador por instituição. Entretanto, os cuidadores eleitos pelos coordenadores não foram os mesmos que as C/As elegeram, levando-nos a entrevistar dois por instituição.

Descrição da nomenclatura para identificação dos entrevistados:

C/A	Crianças/Adolescentes
CrA(1) a CrA(11)	Crianças/Adolescentes da Inst. A
CrB(1) a CrB(11)	Crianças/Adolescentes da Inst. B
Cd1	Coordenadora da Inst. A
Cd2	Coordenadora da Inst. B
EA1	Cuidadora eleita pela coordenadora da Inst. A
EA2	Cuidadora eleita pelas C/As da Inst. A
EB1	Cuidadora eleita pela coordenadora da Inst. B
EB2	Cuidadora eleita pelas C/As da Inst. B

2.4 Considerações éticas

Antes de dar início à coleta de dados, a coordenação dos abrigos foi informada dos objetivos da pesquisa e dos procedimentos que seriam adotados pela pesquisadora e sua equipe. As crianças/adolescentes escolhidas puderam decidir em relação a sua adesão à pesquisa. Além do consentimento verbal das crianças e adolescentes entrevistados, a coordenação dos abrigos assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A), autorizando a participação das crianças e adolescentes. Nele se encontram registrados todos os procedimentos da pesquisa. Por questões éticas e respeitando preceitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069), será preservada a identidade dos participantes da pesquisa.

2.5 Análise dos dados

O método escolhido para análise dos dados foi a *grounded-theory* (STRAUSS & CORBIN, 1990). A opção decorre por tratar-se de um método de análise de dados particularmente sensível a contextos. Os princípios da *grounded-theory* auxiliam a compreender os sentidos atribuídos às experiências. Os procedimentos da análise dos dados seguiram as seguintes etapas:

Durante a coleta dos dados ocorreu uma interação profunda com os mesmos, para que se iniciasse um processo de "codificação". Examinar as transcrições, linha por linha, extrair propriedades e dimensões dos relatos dos entrevistados forneceu suporte para a formulação de códigos. Nessa etapa, foi necessário retornar constantemente aos diferentes momentos das entrevistas, realizando comparações, para que fosse possível identificar as propriedades, as dimensões dos códigos e assim formular as categorias.

No momento de nomeá-las, buscou-se observar que a nomenclatura tivesse "força conceitual", ou seja, não se restrigisse a um assunto, mas que representasse conceitos e categorias. As subcategorias surgiram através de um aprofundamento analítico da própria categoria na busca de maior precisão categórica.

A parte final da análise foi descobrir a categoria central, e nela as demais categorias se integram. Trata-se de um processo de síntese, no qual, a partir dos dados coletados, é possível contemplar as diferenças e semelhanças encontradas nas experiências da população pesquisada. Por ser dinâmico, o método exigiu flexibilidade, pois o pesquisador teve de fazer movimentos de sair e voltar aos dados o tempo todo. Tal modalidade de análise dos dados mostrou-se adequada para esta pesquisa, já que através de seus procedimentos, foi possível obter a compreensão dos significados que as interações possuem para os participantes dos contextos pesquisados.

3. RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados das análises qualitativas das entrevistas que envolvem os três segmentos institucionais. Estes obedecerão à seguinte organização: na parte inicial, serão apresentadas as concepções dos coordenadores, evidenciando como eles compreendem as relações na sua instituição, as principais dificuldades no estabelecimento das relações, concluindo com a indicação de um cuidador que lhes pareça interagir de forma satisfatória com as C/As. No segundo momento, serão focadas as concepções que as C/As possuem acerca do cuidado no âmbito institucional, assim como serão convidadas a indicar um cuidador considerado importante nas suas vidas. Na última etapa, os cuidadores nomeados pelos coordenadores e os mais votados pelas C/As serão contatados através de entrevistas que versarão sobre as suas concepções relativas a cuidar/educar numa instituição de abrigo e sobre o evento da institucionalização.

Ao final da apresentação dos resultados de cada segmento, será feita uma integração das concepções apresentadas. As categorias que emergem no discurso dos entrevistados são apresentadas em letra maiúscula. As dimensões e propriedades que compõem as mencionadas categorias são apresentadas em negrito e letra minúscula.

3.1 Concepções das coordenadoras

Conforme foi afirmado anteriormente, o primeiro segmento entrevistado neste trabalho foram as coordenadoras das instituições. As duas coordenadoras relataram que exercem suas atribuições nos abrigos há cerca de nove anos, e ambas têm acima de 40 anos de idade. A representante da Inst. A cursou o antigo segundo grau e o curso técnico de radiologia e a da Inst. B possui curso superior na área da Pedagogia e pós graduação em nível de especialização em violência doméstica. O trabalho institucional foi a primeira experiência profissional da coordenadora da Inst. A. Já a coordenadora da Inst. B. apresenta diferentes experiências: trabalhou por sete anos na penitenciária de Rio Grande, atuou por quatro anos vinculada ao CEP-Rua de Rio Grande, como bolsista de iniciação científica, e pesquisou a vida de meninos e meninas em situação de risco. Além disso, relata que exerceu algumas atividades em áreas administrativas.

As entrevistas buscaram vislumbrar dois aspectos fundamentais: as concepções das trabalhadoras sobre as interações entre as C/As e seus cuidadores; e as características

atribuídas à figura de um cuidador protetivo no ambiente institucional. Buscou-se também contemplar as suas percepções quanto às dificuldades existentes nas relações interpessoais nesse contexto específico.

3.1.1 A percepção das entrevistadas sobre as relações interpessoais entre C/A e os cuidadores

Questionadas sobre como elas percebiam as relações estabelecidas entre as C/As e os cuidadores da instituição, a entrevistada da Inst. A entende que as C/As "*querem atenção, amor e o carinho que normalmente recebemos da família"* (Cd.1). Destaca, em diversos momentos, que a chegada na instituição é um momento crucial na vida das crianças. A valorização do **momento de entrada na instituição** é uma dimensão que emerge no discurso dessa coordenadora em diferentes momentos da entrevista. A coordenadora percebe que ocorre uma aproximação gradativa entre as C/As e os cuidadores. Entretanto, a proximidade ocorre no momento em que eles superam o medo que sentem ao ingressar na instituição e passam a sentirem-se cuidados. "*no que chegam na casa é difícil, eles têm um pouco de medo", "não é fácil se adapta", " chegar na casa a primeira coisa que tem que fazer é dar atenção" ," é dar aquele abraço bem carinhoso","agora nós vamos cuidar de ti","para que eles sintam que realmente eles vão ser cuidados"* (Cd.1). Ao referir-se ao **processo de ACOLHIMENTO**, a mesma coordenadora estabelece, em diversos momentos da entrevista, **comparações e equivalência entre uma instituição protetiva e o ambiente familiar.** Tal concepção vem a ser uma propriedade da categoria acolhimento, evidenciada em suas falas: "*como se fosse uma família, mãe e filho vão se adaptando", "agora aqui é a tua casinha"*(Cd.1).

A coordenadora da Inst. B define a relação entre C/A e os cuidadores como "*boa"*, considerando que o elemento principal das interações é a **AFETIVIDADE. "***mais importante é o afeto né"* (Cd.2). Apesar de adjetivar as relações como "boas" revelou não saber dizer se ajudam no desenvolvimento deles: "*não sei se boa no sentido de ta ajudando pro crescimento dessa criança, agora boa enquanto relação, interação, enquanto isso eu acho boa, agora assim, a que ponto isso ta ajudando eles no crescimento né?"* (Cd.2). No momento de avaliar as relações estabelecidas entre as C/As e os cuidadores, a coordenadora faz comparações com as vivências que eles tinham antes do abrigamento: "*eu acho que ela é uma relação satisfatória, eu acho que é, por exemplo, eu vejo uma coisa tipo assim, quando uma criança*

diz: eu não quero volta para minha casa, entendesse, então eu fico pensando que a instituição não é coisa tão ruim assim, tanto não é, que eles não querem volta porque o ambiente que espera eles lá é até mais hostil" (Cd.2). Percebe ainda que as relações afetivas se estabelecem sob a forma de **eleição mútua entre as C/As e os cuidadores:** *"eu percebo que algumas crianças gostam muito de determinado funcionário: a tia não vêm?" "quando é que termina as férias da tia?", "eu acho que essa afetividade elas têm né, é claro que eu percebo que não é assim todos por todos"* (Cd.2). A entrevistada considera que a motivação de tal eleição é principalmente a busca de relações afetivas pautadas em modelos familiares "*eu elegi o fulano, então eu do muito mais atenção àquele fulano", "eu trato ela de forma diferenciada, por toda a história dela né, então ela precisa muito de alguém que abrace ela*"(Cd.2). Percebe que elas buscam com a eleição a figura de uma mãe, de uma avó ou de uma tia. **A busca de relações afetivas pautadas num modelo de relações familiares** emerge no discurso das duas coordenadoras como uma propriedade da afetividade. Exemplificamos com a fala da coordenadora da Inst. B: "*tem aqueles funcionários que eles elegem como mãe, outros eles chamam de vó, e outro elege outro", "é uma questão recíproca né, uma empatia do funcionário por determinada criança também né"* (Cd.2). Embora a coordenadora reconheça a existência da eleição, não sabe definir de que forma ela ocorre, "*a forma como elas elegem eu não sei, se é por olha e gosta menos, ou se é por elas saberem da necessidade que determinada criança chego, se essa criança se identifica com alguém da família"* (Cd.2).

3.1.2 As dificuldades nas interações entre as C/As e os cuidadores

Quanto às dificuldades percebidas nas interações entre as C/As e os cuidadores das instituições, a coordenadora da Inst. A novamente se refere ao momento de ingresso na instituição, sublinhando a **resistência inicial que o cuidador apresenta para efetuar o acolhimento afetivo** à C/A, trazendo luz à delicadeza da ocasião. Segundo essa coordenadora, no momento de chegada, embora os cuidadores saibam se tratar de uma C/A que estava enfrentando adversidades, é difícil para eles atuarem de forma afetiva, como requer o momento. O que fica evidenciado no discurso da coordenadora é sua percepção de que no momento de chegada da criança, os cuidadores experienciam um sentimento de sobrecarga:"*é mais uma criança na casa"* (Cd.1), sugerindo que existe "uma certa insensibilidade" por parte do cuidador ao sofrimento do recém-chegado. O sofrimento da criança, na maioria das vezes, se manifesta através de comportamentos agressivos e de resistência às regras. A coordenadora

ressalta que após o processo de adaptação e aproximação recíproca, as dificuldades iniciais tendem a se diluir. Ao perceber que a aproximação não ocorre de imediato, a coordenadora defende seu entendimento de que **a integração e a relação afetiva entre os cuidadores e as C/As ocorrem de forma processual.** Outra dificuldade apontada por ela refere-se ao fato de que os cuidadores não conseguem **entender e interpretar o significado de determinados comportamentos:** *"se ele tá gritando, se ele tá chorando, fazendo uma bagunça, ta chamando atenção, alguma coisa ta acontecendo com ele, é chega e pergunta", "é o que todo cuidador devia de chega na criança e sabe um pouquinho dele"* (Cd.1).

A coordenadora da Inst. B menciona como principal dificuldade os **atritos que ocorrem entre os cuidadores e os adolescentes.** A entrevistada percebe a dificuldade por parte dos cuidadores em aceitar e entender a teimosia e a rebeldia do comportamento adolescente: *"os maiores né, porque eles teimam, porque eles batem a porta, porque eles dizem bandalheira", "quando eles começam numa idade maior que eles começam a se defronta né", "tu pega o caderno de recados ali é uma piada (...) começo a ler as queixas e tenho até que achar graça é uma queixa bem infantil da parte delas" "elas arrumam as camas e dizem assim, sai do quarto, daqui a pouco tu olhas e tem três, quatro adolescentes pendurado nas camas lá e elas dizem: aha arrumei o quarto, agora sai daí, e eles respondem: "dexa não te mete aqui é meu quarto"* (Cd.2).

Outra dificuldade apontada pela mesma coordenadora relaciona-se especificamente à figura do funcionário responsável pela brinquedoteca. Segundo a entrevistada, esses profissionais apenas oferecem brinquedos, **não interagem com as crianças através do brincar:** *"gostaria que sentasse no chão, que brincasse, que jogasse com as crianças e isso eu percebo que elas não fazem por mais que eu insista, elas entram e fazem no início, mas depois levam uma sacola de brinquedo e eles destroem tudo, roda pra um lado, uma perna de boneca pro outro, uma cabeça pro outro, quando tu vai no pátio tu se apavora, é pedaço de brinquedo pra tudo que é lado. Por que? Porque não tem alguém que ensine eles a brinca, "aquele trabalho centrado, de joga, de brinca, isso elas não conseguem faze, eu já botei várias funcionárias na brinquedoteca e eu nunca consegui ninguém", "tu via entra agora lá a televisão tá ligada, ela sentada e eles tão corretiando"* (Cd.2).

Ainda no que tange às dificuldades, a coordenadora da Inst. B menciona que não definiria todos os seus funcionários como bons, apontando que tal percepção não se deve às formas de atendimento às C/A, e sim, às questões administrativas: *"é não cumpri a sua tarefa, faltarem demais, é arrumarem atestado dois, três dias, uma vai pro hospital, e a outra resolve que tem consulta, mas na relação direta com as crianças eu acho que não é tão*

ruim." (Cd.2). Menciona um trabalho que fez em determinada ocasião fazendo cinco perguntas para as C/As que tivessem acima de quatro anos sobre o atendimento das funcionárias. O resultado apontou uma funcionária que, por decisão da coordenadora, foi dispensada: "*todas apontaram uma só funcionária como negativa, tanto que eu botei ela na rua, né. Não de bate, mas a forma como ela trabalhava com as crianças era uma forma negativa que todos expressaram isso de alguma forma entendesse, depois disso eu apliquei por mais duas ou três vezes."* (Cd.2). Ao que parece, a atividade realizada na Inst. B. deu voz às C/A e considerou suas percepções no que diz respeito à forma como se sentiam cuidadas. Porém, conforme a própria entrevistada revela, este questionamento apesar dos resultados, não teve continuidade.

3.1.3 A eleição do cuidador pelas coordenadoras

Solicitadas a eleger elementos que definiriam um cuidador com destaque por estabelecer interações satisfatórias com as C/As em sua instituição, a coordenadora da Inst. A faz referência a três cuidadoras que, sob sua ótica, apresentam um comportamento diferenciado: *" o carinho delas é diferente, é como eu vo te dize, é diferente das outras tias que tu costuma vê trabalhando, é aquela coisa de passa e passando a mão carinhosamente e dize: deixa o bichinho, tá com problema, dexa ele no cantinho dele. Elas são...digamos...quase divinas."* (Cd.1). No momento em que é solicitada a eleger uma dentre as cuidadoras citadas, refere-se à sua eleita (EA.1) como **alguém especial e COM PROXIMIDADE AFETIVA com as C/As**: *"é maravilhoso, é assim ó... é quase como mágico, ela não precisa de muito esforço pra tê a criança ao lado dela sabe, não é aquela coisa que fica ali ó, ela é carinhosa, ela chega neles e eles como se moldurasse os dois, aquela adaptação"*. Também reconhece que a cuidadora em questão oferece cuidados que lembram o **papel e as funções de uma mãe**: " *o que eu vejo é que as crianças veem na tia* (EA.1) *aquela mãe, e quem não gostaria de tê uma mãe protetora, a mãe amiga, a mãe compreensiva, que não precisa grita, não precisa da puxão de orelha, mas que sabe dá castigo na hora certa"* (Cd.1). Também se refere a essa cuidadora como alguém que **atende todos de forma igualitária,** sem discriminações, "*ela vê a criança como ela é, não porque é preto, ou é branco ou é amarelo, ela assiste a criança em todos os sentidos"* (Cd.1).

Para a coordenadora da Inst. B, características tais como ser **carinhosa e tranquila nas relações** mantendo a organização do ambiente sem precisar gritar, são consideradas no

momento da eleição: *"eu tenho por exemplo a professora né,* (EB.1) *que eu vejo que ela é carinhosa, mas ela impõe limites e ela não dá um grito, eu nunca escutei ela gritá com uma criança ou dizê que um adolescente se avançô nela", "é tudo organizado, o recreio, a hora que eles vão troca o uniforme, a hora que eles vão pro tema, a hora que eles vão pro computador, a hora que eles vão pro vídeo-game"* (Cd.2). A entrevistada faz referência às diferenças na postura da eleita em relação às demais funcionárias: *"eu vejo que a maioria grita demais sabe, grita e aí eles não entendem porque fica o grito deles e elas, e aí fica difícil"* (Cd.2).

Aliada à postura afetiva, a entrevistada também enaltece a tranquilidade que a cuidadora transmite (EB.1): *" uma das coisas que eu vejo de importante nela é afetividade que ela tem com as crianças e a forma não agressiva com que ela fala com elas, a forma calma e segura com que ela fala com elas"* (Cd.2). Além disso, a coordenadora demonstra valorizar cuidadores que são habilidosos para *"manejar"* situações de *"crise"* e de *"surto"* das C/As, reforçando a idéia da importância do cuidador ter **serenidade** e uma atuação que acalme as C/As quando estiverem descontrolados: *"nós temos aqui um menino que chego muito problemático, muito problemático, ele conseguiu faze de tudo, caí de cima da casa, teve uma fratura, foi pro hospital fica um mês, uma criança revoltada, quando ele se indignava ele quebrava tudo o que tivesse na frente, por exemplo, um dia me chamaram porque ele tinha destruído tudo o que tinha nessa sala, mas aí a (*'*nome da cuidadora) por exemplo, tem um bom domínio sobre ele, ela não grita nem nada com ele, é a forma do manejo né"*.

3.1.4 Reflexões sobre as concepções das coordenadoras

As concepções apresentadas pelas duas coordenadoras entrevistadas apresentam tanto aspectos similares quanto diferenças na forma de conceber o espaço institucional e expressar suas atribuições na indicação de um cuidador protetivo.

A coordenadora da Inst. A não define a relação estabelecida entre as C/As e os cuidadores como um fenômeno positivo ou negativo. Considera que todas as C/As necessitam do afeto que normalmente usufruímos em um ambiente familiar saudável. A necessidade de similaridade entre uma instituição e um ambiente familiar se apresenta no discurso dessa coordenadora em diferentes momentos da entrevista. O processo de acolhimento no ambiente institucional emerge como categoria relevante neste trabalho de pesquisa. Frases como *"agora*

aqui é a tua casinha”, *“como se fosse uma família, mãe e filho vão se adaptando”* (Cd.1), são alguns exemplos que evidenciam as concepções referidas. Santos e Bastos (2002) consideram que uma instituição se revestirá de uma natureza quase substituta da família caso tenha educadores responsivos às demandas de cuidado e afeto. Conforme referido na introdução teórica da presente investigação, Barudy e Dantagnan (2007) mencionam as diferenças entre o que denominam parentalidade biológica e parentalidade social. Para os autores, quando os pais biológicos não possuem competências para exercer uma prática parental adequada, outros membros da família ou da rede social devem garantir o exercício de tais funções. Consideram que a parentalidade exercida por outros cuidadores pode compensar as incompetências dos pais biológicos, embora não desconsiderem totalmente a importância dos mesmos:

> Los padres acogedores, o los educadores que se ocupam de los niños em centros de acogida, deben ser considerados como dispensadores de uma parentalidade social. El trabajo de estas personas, verdaderos tutores de resiliência (CYRULNIK,B.,2001), no reemplaza la importância simbólica de los padres biológicos (p.79).

Uma das coordenadoras entrevistada (Cd.1) descreveu as relações interpessoais como processos, laços que se constroem gradativamente, revelando uma visão de etapas gradativas e de construção das relações. A dimensão da categoria a que chamamos de acolhimento é que justifica a importância que esta trabalhadora assinala sobre o momento de ingresso na instituição: *“aos poucos os cuidadores vão chegando, vão brincando, vão se adaptando”*, *“eles vão se adaptando calmamente, tranquilamente com as tias”* (Cd.1). O processo é um constructo fundamental no modelo bioecológico, sendo que ele se efetiva através do estabelecimento de processos proximais. Ter a atenção voltada para a configuração dos processos proximais é importante no momento em que eles podem produzir não só efeitos de competência como também efeitos de disfunção no desenvolvimento do indivíduo (Bronfenbrenner, 1999). Cabe ressaltar que um dos fatores mais importantes na construção da categoria acolhimento é que os mesmos somente se efetivarão no momento em que as C/As passam a perceber o cuidado que recebem *“pra que eles sintam que realmente eles vão ser cuidados”* (Cd.1). A percepção da entrevistada vem ao encontro do que Bronfenbrenner (1979/1996) sinaliza em sua teoria sobre a importância de se considerar a forma como a pessoa percebe e lida com seus ambientes. As análises realizadas sobre determinado contexto não devem ficar restritas à realidade objetiva da vida dos indivíduos. Assim, conforme o autor, “os aspectos do meio ambiente mais importante no curso do crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação” (p. 9) e disso dependerá da forma recíproca de compreender e perceber o “outro”.

A coordenadora da Inst. B também considera que a afetividade é o elemento principal para o estabelecimento das relações institucionais, vindo a se constituir em outra categoria. Reconhece que as C/As buscam nos cuidadores mais próximos as imagens e figuras de relações familiares. Relacionada ao processo de busca, a coordenadora refere-se a uma eleição afetiva recíproca entre as C/As e os cuidadores. Sabe-se que escolhas afetivas são motivadas por elementos internos, relacionados à história de vida de cada indivíduo (ANTON, 2000). Como uma forma de curar feridas, C/As institucionalizados buscam adultos que lhes ofereçam afeto e satisfação, os quais não lhes foram ofertados em outras situações. Siqueira e Dell'Aglio (2007) reiteram que a relação estabelecida com os monitores desempenha papel central na vida das crianças e adolescentes abrigados. Conforme as autoras, serão esses monitores que, ao assumirem o papel de orientação e proteção, tornar-se-ão modelos identificatórios (p. 77). O processo de escolhas afetivas que ocorre dentro do ambiente institucional, referido pela coordenadora da Inst. B, merece atenção dos responsáveis pelas instituições para que não venham a ocorrer discrepâncias na "distribuição" de atenção e afeto. Se não houver a supervisão de profissionais habilitados, pode ocorrer de algumas C/As terem atenção suficiente para o seu desenvolvimento, enquanto para outros poderá "sobrar" muito pouco. O grande desafio do trabalho institucional, assim como nas famílias, é exatamente "dosar" o afeto necessário para o desenvolvimento de todos, assim como contemplar as necessidades das diferentes etapas do ciclo vital. Aliar tais questões de desenvolvimento às características inerentes a esses ambientes, tais como o ingresso e saída repentina de C/As, a troca de turno de funcionários, assim como o alto índice de C/As abrigadas , permanece como desafio para os contextos pesquisados.

No que diz respeito à avaliação das dificuldades percebidas nas relações entre as C/As e os cuidadores, as coordenadoras diferem em suas percepções. A dificuldade mencionada pela coordenadora da Inst. A refere-se à resistência dos cuidadores ao acolhimento da criança que chega à instituição, Esta dificuldade esta relacionada a categoria nomeada acolhimento que enfatiza o momento de ingresso da C/A na instituição. Isso leva a pensar que a coordenadora reconhece na chegada de um novo membro a modificação de todo o sistema, exigindo que todas as pessoas daquele ambiente se desacomodem para restabelecer o equilíbrio relacional. O ingresso de uma criança na instituição exige que ela exercite novos papéis no novo ambiente, assim como são exigidas, do ambiente, respostas novas decorrentes do ingresso da criança. O processo de adaptação mencionado pela coordenadora nos remete ao que Bronfenbrenner (1979/1996) denomina transição ecológica, um dos processos mais significativos no desenvolvimento humano, já que ocorre durante todo o ciclo vital. Existem

transições ecológicas que fazem parte do desenvolvimento do indivíduo. A passagem do microssistema familiar para o contexto escolar, o afastamento dos filhos da família nuclear para constituírem suas próprias, o evento da aposentadoria, dentre outros, são exemplos de transições normativas (CARTER & MCGOLDRICK, 1995). Entretanto, a transição ecológica que ocorre no momento de institucionalização, quando a C/A é retirada de sua família por estar em situação de risco, será uma transição que não se enquadra nas transições normativas. Da mesma forma, a reinserção na família biológica ou substituta também se constitui em outra importante transição ecológica (SIQUEIRA, BETTS E DELL'AGLIO, 2006), devendo ter o assessoramento da rede de apoio social.

Outra dificuldade apontada pela coordenadora da Inst. A relaciona-se à dificuldade dos cuidadores entenderem a mensagem implícita de certos comportamentos das C/As, rotulados como "inadequados" vindo a dificultar o acolhimento. Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) consideram que "todo comportamento numa situação interacional tem valor de mensagem, isto é, se constitui em comunicação (...) atividade ou inatividade, palavras ou silêncio, tudo possui um valor de mensagem (p. 45). Ao buscarem o significado que crianças atribuem ao fato de viverem em abrigos, Oriente e Souza (2007) mencionam a atenção que deve ser dispensada aos comportamentos:

> Embora a invisibilidade da criança esteja dolorosamente expressa nas falas, nem todas aceitam passivamente essa condição e buscam se tornar visíveis de várias formas, marcando sua presença graças a fugas, brigas, denúncias, reclamações, xingamentos, entre outras formas também possíveis (p.115).

O aspecto tratado remete às dificuldades mencionadas pela coordenadora da Inst. B. e a ênfase colocada nas interações dos cuidadores com os adolescentes, sendo ela uma dimensão que emerge no discurso das coordenadoras sobre a importância de se dar atenção e compreender a mensagem dos comportamentos. A entrevistada percebe que é mais fácil para as cuidadoras lidarem com as crianças menores porque elas "obedecem sem contestar", sendo que os adolescentes "partem para o confronto e fazem reivindicações". Conforme Fiori (1982), a adolescência é considerada um período final de aquisições e promove a atualização de todas as crises e dificuldades já enfrentadas no processo de desenvolvimento. O autor ressalta que esta fase é um momento ambíguo, de aquisições e perdas, sendo importante que etapas anteriores do desenvolvimento tenham sido adequadamente vividas (p.15). As instituições de abrigo devem disponibilizar profissionais capacitados para que sejam continentes das demandas específicas da adolescência. A necessidade de atendimento adequado relaciona-se ao fato de os adolescentes que enfrentaram adversidades na infância

precisarem reeditar seus conflitos e receberem a atenção necessária para vivenciarem a transição desse período. Os problemas relacionados à conquista da identidade e emancipação durante a adolescência são bem conhecidos e discutidos. Todavia não é fácil aplicar e aceitar as características intrínsecas ao período em questão, quando se trata de adolescentes institucionalizados. Eles estão geralmente inseridos em ambientes onde ainda prevalece a visão de educação higienista que valoriza a submissão e a obediência (DEL PRIORE, 2002). Osório (1997) faz referência às diferentes formas de vivenciar a adolescência de acordo com a cultura e a condição econômica circundante. Ao referir-se às características adolescentes expressas por categorias como “desleixados e impulsivos” (p.75) o autor faz a ressalva de que estamos nos referindo aos adolescentes das camadas socioeconômicas privilegiadas. Aos demais, resta-lhes experienciar a adolescência nos ritos de passagens corporais, premidos que estão por razões de sobrevivência.

A outra dificuldade mencionada pela coordenadora da Inst. B é que os cuidadores não brincam com as crianças tendo a entrevistada sido explícita ao referir-se aos profissionais ligados ao trabalho na brinquedoteca. Essa forma de interação lúdica, sustentada por processos proximais entre todos os participantes nos diversos níveis do contexto, do mais proximal ao mais distal, é importante para o desenvolvimento em qualquer situação. O entendimento de que a criança deva ter hora para realizar “coisas sérias” e outra para brincar, delimitando tempo e espaço para tais, no caso citado, especificamente na brinquedoteca, nos reporta ao que Delgado (2004) alerta a respeito das nossas conceituações de infância. A autora ressalta que os conceitos de divisão de tarefas sérias e não sérias estão submersos na visão dos adultos. Rubens Alves (1984), brincando com as palavras, retrata semelhante modo de educar:

> É preciso ir para escola. Todos os meninos vão. Para se transformarem em gente. Deixar as coisas de criança. Em cada criança brincante dorme um adulto produtivo. É preciso que o adulto produtivo devore a criança inútil (p.32).

As duas dificuldades mencionadas pela coordenadora (Cd.2) tornam clara sua consciência do desconhecimento por parte dos cuidadores em relação às necessidades especificas nos diferentes estágios do ciclo vital. No que se refere à infância, fica evidente o desconhecimento de que atividades lúdicas compartilhadas são pilares para o desenvolvimento da fase infantil. Barudy (2007), ao citar características que denotam “bons tratos parentais”, menciona a importância de brincar junto com a criança:

> los espacios lúdicos son lugares de aprendizaje, arraigados em um recurso natural del desarrollo infantil. Al jugar com los niños y niñas, el adulto está estimulando uno de los componetes mas importantes del desarrolllo...(p. 96).

No tocante ao desenvolvimento humano, há evidências da importância de que gradualmente deve ocorrer uma alternância de poder, na qual o adulto possibilite ao indivíduo em desenvolvimento uma maior participação nas decisões e na construção de regras (BRONFENBRENNER, 1979/1996). Embora essa propriedade relacional deva estar presente durante todo o ciclo de desenvolvimento humano, é na adolescência que irá aparecer como um dos fatores determinantes para o desenvolvimento. Nesse período, conforme Erikson (1998), o jovem terá como tarefa básica a aquisição da sua identidade. Portanto, as interações que promovem a alternância de poder propiciarão ao adolescente desenvolver a autonomia e a iniciativa necessária para enfrentar os desafios em sua vida adulta. Bronfenbrenner (1979/1996) denomina a mencionada alternância como equilíbrio de poder, sendo considerada pelo autor uma propriedade fundamental das relações interpessoais promotoras de desenvolvimento humano.

A coordenadora da Inst. A chama a atenção para a importância do estabelecimento de relações com viés maternal e de atuações que atendam todas as C/As de forma igualitária, pois isso “é o que socialmente se espera de todas as mães”. A expressão coloquial “coração de mãe” ilustra a concepção que acabamos de citar. Isso demonstra que o foco principal da eleição do cuidador pela coordenadora (Cd. 1) que realiza “bom” trabalho se deu a partir da necessidade da criança. A coordenadora da Inst. B, ao salientar o manejo adequado da cuidadora que, de maneira carinhosa, com serenidade e sem gritos, consegue organizar as rotinas de forma adequada, evidencia que o foco está mais voltado ao bom funcionamento organizacional da instituição. Assim, as concepções que emergem nos discursos das duas entrevistadas resultam em instituições com dinâmicas de funcionamento diferentes, sendo tais diferenças percebidas e reiteradas pela equipe de observação, conforme registro de diário de campo.

Algumas contradições foram constatadas nos discursos: a coordenadora das Inst. B faz referência à coletividade como aspecto negativo da institucionalização, entretanto a forma como enaltece a atuação da cuidadora eleita, deixa implícita sua concepção de instituição com rotinas bem administradas. Uma forma rígida de organização dificulta a construção de espaço para negociações, vindo então a culminar em ambientes que privilegiam a coletividade. Na medida em que as rotinas são estabelecidas visando à manutenção da ordem, da disciplina e da organização, os interesses que se sobrepõem são os dos adultos, e não há espaço para a autonomia e iniciativa das C/As. Embora a coordenadora entrevistada possa não ter intenção de oferecer um espaço coletivo, sua forma de conceber o funcionamento institucional, privilegiando a ordem, deixa implícito que suas concepções de microssistemas são

sustentadas por modelos que privilegiam universalidades e não singularidades (GABARINO E ABRAMOVITZ, 1992). As constatações nas quais o comportamento evidencia crenças e concepções que nem sempre são óbvias para o indivíduo vêm ao encontro do que Rodrigo, Rodrigues e Marrero (1993) descrevem como teorias implícitas, já referidas neste mesmo trabalho. Bronfenbrenner (1979/1996) destaca que o conjunto de ideologias, valores e crenças que compõe o macrossistema deve ser valorizado, pois estas terão forte influência nos microssistemas de desenvolvimento do indivíduo.

As similaridades do discurso das coordenadoras reside na concordância de que as relações entre os cuidadores e as C/As devem ser permeadas pela afetividade e que a busca no ambiente institucional por figuras familiares acolhedoras visa a obtenção da "nutrição afetiva" de que necessitam num momento tão singular de suas vidas. Também se faz presente no discurso de ambas, a necessidade de compreender os comportamentos das C/As e a necessidade de atuações lúdicas compartilhadas para efetivar o acolhimento. Em que pesem tais semelhanças, a equipe de observação ressaltou diferenças na forma de atendimento das C/As nas duas instituições. Segundo consta nos registros de diário de campo, existem "grandes diferenças" no funcionamento dos dois ambientes. Buscando o entendimento acerca das razões das diferenças de atendimento, foi pontuado que a equipe percebeu maior presença da coordenadora da Inst. A nas rotinas da casa e nas interações com as C/As. Há de ser considerado também, o fato de que na configuração administrativa da Inst. A existem duas coordenadoras atuando, enquanto na Inst. B, somente uma coordenadora responde por inúmeras atribuições pertinentes à administração de uma instituição.

A entrevista com as coordenadoras foi um momento importante da pesquisa, pois possibilitou avaliar as concepções e crenças das duas profissionais quanto às dinâmicas de cuidado no ambiente institucional. Entretanto, será na segunda etapa da pesquisa que as C/As institucionalizadas, ao serem entrevistadas, trazem o seu entendimento das concepções sobre o profissional que oferece cuidado e proteção no contexto onde vivem. Embora as C/As sejam dos mais importantes segmentos nas instituições, raramente são valorizados seus discursos. Evidenciar as concepções desse segmento poderá produzir informações que nos auxiliem a criar ambientes consoantes com as formas concebidas e imaginadas de proteção pelas próprias C/As abrigados, vindo a romper com a visão adultocêntrica que prevalece em nossa sociedade e mais especificamente nestes contextos institucionais.

3.2 As percepções das crianças e adolescentes

A segunda etapa de análise dos dados coletados nesta pesquisa privilegiou as concepções das crianças e adolescentes sobre os cuidadores e as interações significativas estabelecidas na instituição. A longa permanência das C/A nas instituições de abrigo, conforme demonstrado pela tabela já justificaria por si só, a importância de ouvir essas C/As. (Tab.1). Cabe ressaltar que os entrevistados listados na tabela como institucionalizados há nove anos e seis meses, se encontram a mais tempo institucionalizados, por serem egressos de outra instituição anterior à fundação da que os abriga atualmente.

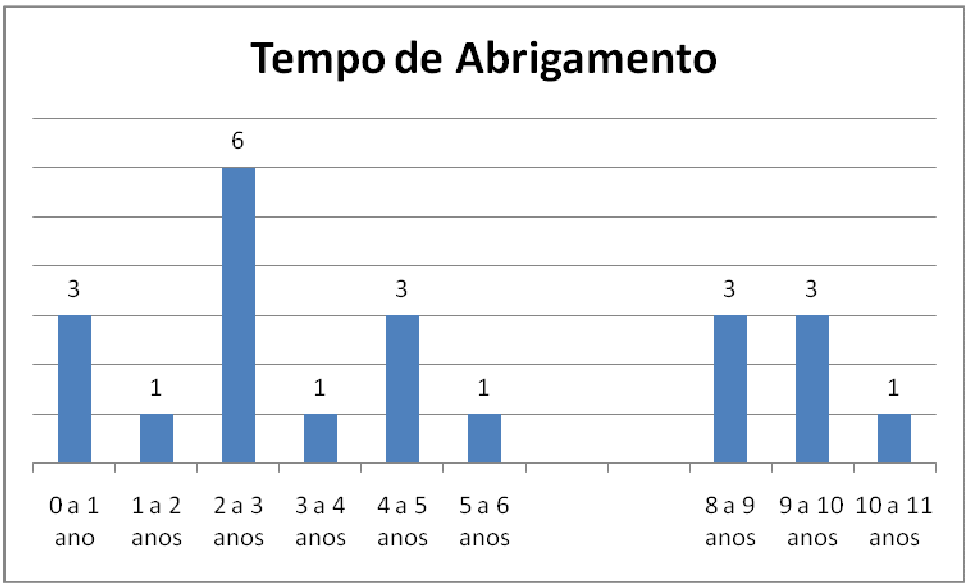


Tabela 1 – Tempo de abrigamento dos entrevistados nas duas instituições

A pesquisa buscou contemplar as diferentes idades, assim como ambos os sexos, para uma maior aproximação dos dados que representem as diferentes fases da infância. Buscou-se uma similaridade de idades entre os entrevistados das duas instituições possibilitando uma compreensão das similaridades e divergências de acordo com o ciclo de vida dos entrevistados nestes dois ambientes. (Tab. 2), (Tab. 3).

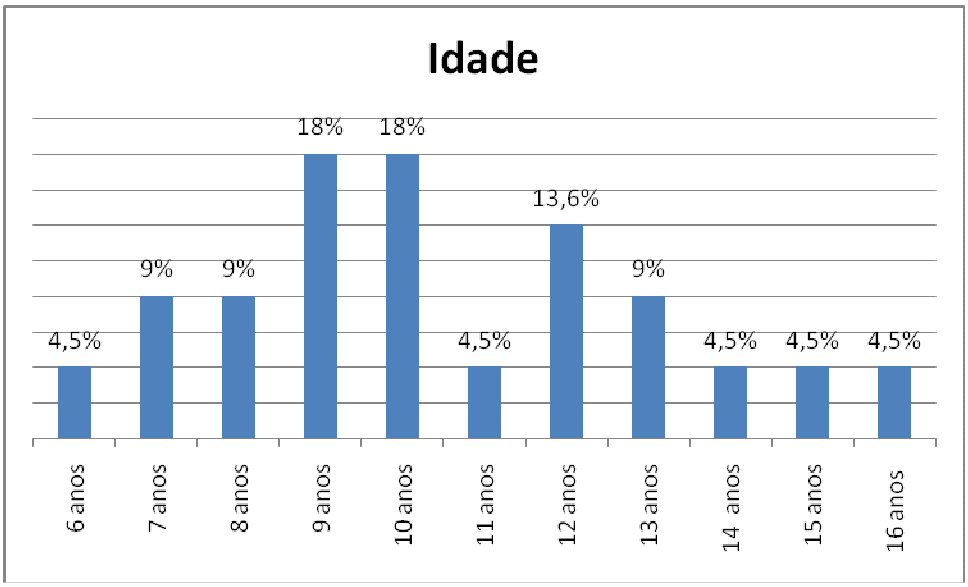


Tabela 2 – Idade das C/As entrevistadas

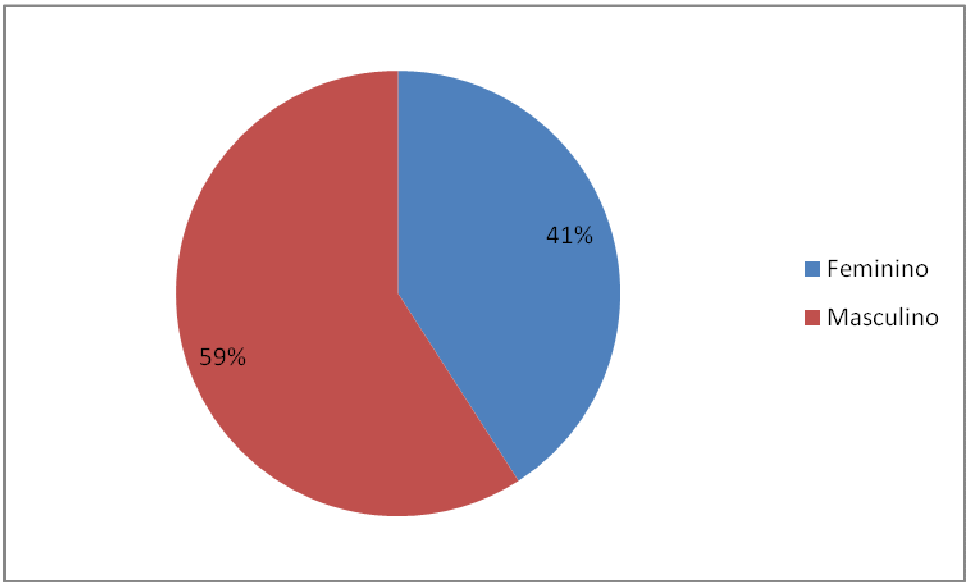


Tabela 3 – Sexo dos entrevistados

Ouvir opiniões e atribuições acerca das características importantes nas suas interações com os cuidadores foi fundamental para a proposta investigativa ora apresentada. A maioria das C/As da Inst. A apresentou respostas longas, com repertório de palavras que expressavam com clareza suas idéias. Na Inst. B, a maioria das C/As foi monossilábica em suas respostas. Quando instigadas a falar mais, elaboravam sentenças curtas. Para adequarem-se às peculiaridades de cada entrevistado, as perguntas foram ajustadas para a forma de diálogo.

Apesar das adaptações efetuadas, as entrevistas permaneceram voltadas para a eleição espontânea de um cuidador, com a respectiva justificativa para a escolha. Também foi questionado se eles se percebiam importantes para os cuidadores que escolhiam.

No momento de eleger um cuidador, a maioria dos entrevistados da Inst. A citou mais de um nome, mas foram orientados a eleger somente um. Na Inst. B a eleição do cuidador apontou somente para um nome tão logo fossem questionados. Todos os entrevistados foram incentivados a ressaltar os aspectos positivos de suas interações com o escolhido. As escolhas apresentaram diversas motivações e a análise da convergência de determinadas atitudes do cuidador se constituíram em categorias conforme demonstra a tabela abaixo:

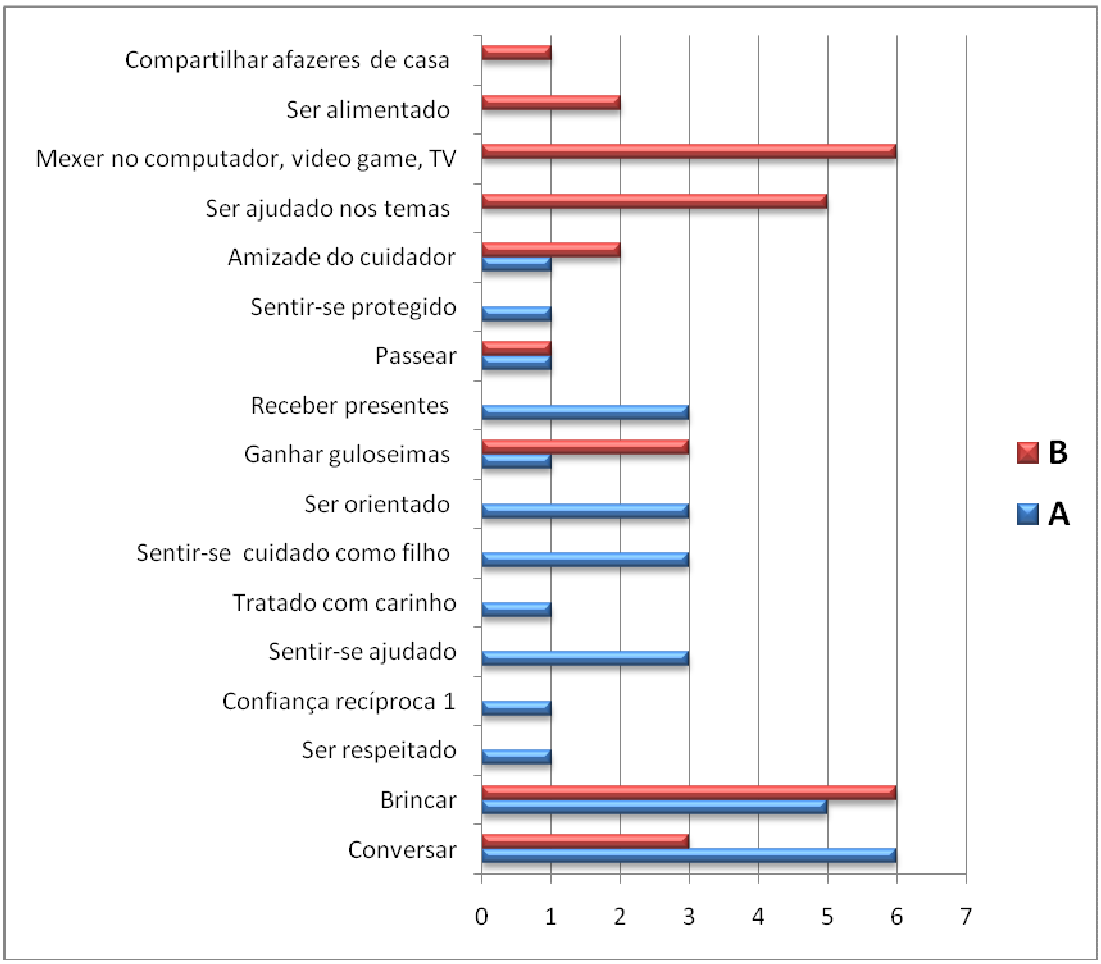


Tabela 4 – Motivos das C/As para a escolha do cuidador

Conforme se pode observar, ao compararmos o evento mais citado pelas C/As das instituições em termos de proximidade de frequências, chegamos às referências feitas ao **brincar,** como atribuição que define o cuidador eleito por elas, a partir do momento em que ele se configura como um **AMIGO.**

A importância de brincar, ou seja, de realizar **atividades lúdicas conjuntas** nas duas instituições com o cuidador eleito se fez presente nas falas dos entrevistados. Por exemplo: *"faze o cabelo dela, quando a gente ta brincando de cabelerero"* (CrA8), *"a gente brinca"* (CrB11). Ainda comparativamente, na Inst. B, o cuidador que permite o acesso aos brinquedos foi citado por 60%: "*joga computador, joga vídeo-game*" (CrB9) Um dado considerado relevante relaciona-se às duas formas de perceber o brincar: na primeira, o cuidador e a crianças brincam juntos; na segunda, o cuidador oferece condições para que ocorra a brincadeira, não havendo interação significativa. A diferença entre os dois aspectos apresentados, embora possa parecer tênue, leva-nos a considerar que na primeira escolha está presente o que Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004) denominam de apoio de interação positiva; já na segunda escolha, existe somente o apoio instrumental. Disponibilizar auxílio através do fornecimento de materiais, dinheiro, ajuda em tarefas escolares, alimentação e transporte são aspectos relacionados ao apoio instrumental (Wills, Blech e McNamara,1996)**.** O apoio de interação positiva está mais relacionado à realização de atividades em conjunto, como se divertir, fazer atividades agradáveis e distrair-se com alguém. Quando os entrevistados manifestam satisfação em brincar com o cuidador, estão fazendo referência a um elemento importante para o seu bem estar, já que a importância de atividades lúdicas para o desenvolvimento infantil é amplamente conhecida. Nas intervenções com C/As em situação de risco, a atuação lúdica agrega também uma função terapêutica. Entre outras coisas, o divertimento e a brincadeira são considerados por Barudy (2007) elementos importantes para aliviar os efeitos do estresse e de experiências adversas:

> hoy nadie discute la importância de la diversión, el humor y el entretenimento como estímulos para el buen funcionamento de los circuitos neurofisiológicos (..) espacios lúdicos son también los momentos indispensables para mantener em buen estado el funcionamiento de los circuitos neurofisiológicos (p.96).

Outro evento bastante citado nas duas instituições foi o **diálogo,** sendo que houve prevalência dessa atribuição na Inst. A, emergindo como uma dimensão da amizade estabelecida entre cuidadores e C/As. Para os entrevistados, o cuidador que **conversa** oferece um sentimento de proteção: *"é a troca de segredo, é bom, não é exatamente uma troca de segredo, eu gosto quando eu vo ali pra sala dela e ela fica conversando com a gente"* (CrA1) *"ela pergunta porque eu to triste e a gente conversa"* (CrB5). No momento de análise de tal evento, algumas dimensões ficaram evidentes nas falas dos entrevistados. A forma como o diálogo ocorre proporciona que a C/A tenha parâmetros para avaliar a qualidade de sua relação. Alguns entrevistados fazem referência ao **respeito recíproco** que permeia sua relação

com o cuidador, evidenciando ser a mesma uma propriedade importante nas interações**:** *"é a conversa, eu respeito ela, ela me respeita como eu respeito ela"* (CrA8). Os sentimentos de **proteção, de ser ajudado e orientado** constituem outras dimensões igualmente importantes: *"todas me cuidam de não cai, todas conversam comigo assim"* (CrA3), *"me ajuda conversando comigo, me mostrando o que é certo e o que é errado"* (CrA9), *"quando eu bagunço, ela fala as coisa certa e eu não bagunço mais"* (CrA1). *"ela me ajuda pra mim me comporta, antes eu era teimoso quando cheguei aqui, eu era muito teimoso, e ela me melhoro*" (CrA11). A amplitude do diálogo fica evidenciada pelas duas importantes funções que ela representa para os entrevistados: a de **expressão e comunicação** de sentimentos, além de se constituir em uma forma de **orientação e proteção.**

É oportuno refletir que houve entrevistados da Inst. B que relataram não estarem acostumados a falar sobre sentimentos. Afirmaram que, "nem sabem" falar sobre os sentimentos de tristeza, vindo a falar sobre os mesmos com profissionais fora do contexto institucional *"quando to triste eu me escondo"* (CrB6), *"eu nunca fico triste"* (CrB3), *"eu fico queta"* (CrB7). Não falar quando está triste, assim como se esconder nesses momentos podem ser estratégias que dificultam a superação de problemas. Estratégias evitativas como negação, distração ou "inação" são consideradas disfuncionais e refletem uma exposição ao risco. Entretanto, estratégias de *coping*, que conduzem o indivíduo a lidar diretamente com o problema, buscando apoio dos outros, são vistas como saudáveis e funcionais (Lisboa, 2001). A presença de relações interpessoais e o poder de proteção do "outro significativo" são reconhecidos como aspectos primordiais de promoção da condição de resiliência (Yunes, 2009).

Portanto, a comunicação existente no ambiente institucional, e referida pelos entrevistados como "**conversa**" é um dado relevante na percepção das C/As sobre os cuidadores que passam a maior parte do tempo com as crianças. Serão eles que deverão observar as reações, comportamentos, demonstrações de angústia, ansiedade e alegria manifestas, e estarem disponíveis para estabelecerem diálogo envolvendo tais sentimentos. Apoio emocional é a denominação dada por Wills e outros autores (1996) para a disponibilidade de conversar, dividir problemas e estabelecer relações de confiança. Percebe-se na fala das C/As que é importante para elas, serem estimuladas a falar de si, evidenciando o possível impacto de uma escuta afetiva e continente. Ao evidenciar as necessidades das C/As, Barudy (2007) considera a comunicação como um dos elementos que definem um ambiente de "bons tratos":

> La comunicación es fundamental no solo para el niño pequeno, sino que lo será durante toda a su infância y tomará valor especial durante la adolescência. El adolescente debe encontrar em los adultos la capacidad de escucha y de conpreensión (p.71).

O sentimento de **AMIZADE** se apresenta em diversos momentos no discurso das C/As entrevistadas: *"a nossa amizade"* (CrB5), *"ela é minha amiga"* (CrB1) *"a amizade"* (CrA2). Além de citar, a amizade na relação como importante, os entrevistados revelam seus critérios para interpretar as atitudes do cuidador que demonstram sentimentos positivos em relação a eles, evidenciando a existência de **AMIZADE RECÍPROCA**: *"as brincadeira que ele faz, assim o jeito com que ele me trata assim, quando ele passa ele ri, assim a nossa amizade"* (CrA2), *"eu noto pelo jeito que ela me trata"* (CrB8), *"porque um dia eu queria i lá pra casa das menina e ela não quis que eu fosse, a vó choro por causa de mim, não quis que eu fosse embora"* (CrB4), *"a gente brinca, a gente ri junto às vezes, e às vezes a gente chora junto"* (CrB5). O cuidador que cria oportunidades para **compartilhar atividades** domésticas também foi um aspecto positivo salientado na relação de amizade "*dexa a gente entra na cozinha pra ajuda ela, as outras não dexam"* (CrB4).

A percepção de **SENTIR-SE CUIDADO** emerge com força no discurso dos entrevistados da Inst. A. Uma das dimensões reveladas nessa categoria, por algumas C/As, é sentir-se **cuidados como filhos:** "*porque ela me cuida que nem um filho"* (CrA10), *"eu gosto delas, elas são igual a minha mãe"* (CrA10), *"aqui dentro, eu so como um filho pra ela"* (CrA1), *"às vezes eu chamo ela de mãe*" (CrA1). Outro sentimento que se constitui em uma dimensão da categoria analisada é a **proteção** que o cuidador oferece: "*quando um fica provocando, ela vai lá e me ajuda, me protege"* (CrB6). O apoio instrumental recebido também representa uma dimensão da categoria "ser cuidado". Sentir-se cuidado ao ser **alimentado**, por ganhar **guloseimas** (doces e pirulitos) são dimensões importantes para os pesquisados.

Ser **ajudado nas atividades escolares** também representa uma dimensão e expressão de cuidado para algumas C/As. O resultado de alta incidência na escolha de um cuidador motivada pela "ajuda nas atividades escolares" levou a pesquisadora, juntamente com a equipe de observação que realizou a inserção ecológica, a algumas considerações. Apesar da evidência de que as questões escolares são relevantes para as C/As da Inst. B, no momento de eleger um cuidador, foi constatado que a maioria apresentava dificuldades para expressar-se, assim como evidentes erros de pronúncia. Se fôssemos relacionar o aproveitamento escolar dos entrevistados com o dado apresentado, a escolha poderia suscitar várias hipóteses. Uma

delas é a de que o cuidador mais citado realiza atividades de reforço escolar com duas C/As de cada vez. Isso pode querer denotar o valor atribuído pelas crianças e adolescentes ao tratamento individualizado, no qual talvez possam vir a ter neste momento de realização das tarefas escolares, suas necessidades de atenção e cuidado satisfeitas.

A percepção de ser cuidado é citada como característica positiva da instituição em que se encontram inseridos; alguns dos entrevistados fazem o contraponto na comparação com sua família biológica: *"porque quando eu tava na casa da minha mãe eu não tinha as oportunidades que eu tenho aqui, na ginástica. A minha mãe não tinha dinheiro pra me pagar aula de violão"* (CrB5), *"a minha mãe não me cuidava e não me mandava pa aula, quando me mandava pa aula ela me mandava toda molhada, xuja"* (CrB7), *"ainda bem que eu tenho esse* (Inst. A) *se não eu vivia na rua podre"* (CrA10). É baixo (9%) o percentual de entrevistados que não citam alguma pessoa como significativa, assim como o dos que não gostam de estar na instituição *"tinha, mas ela foi embora, foi duas tia embora, uma a tia (nomeou a tia) e outra eu não me lembro o nome"* (CrB3), *"daqui nada"* (CrB4), *"o que eu gosto é só de que eu vo o final de semana com meu pai"* (CrB4). A expressiva maioria, (90%) se considera importante para os cuidadores escolhidos e evidencia o aspecto positivo da instituição em sua vida. "Outros significativos" é a denominação dada por Yunes, Miranda e Cuello (2004) para aqueles que, numa trajetória de risco ajudam a mudar o rumo da vida das pessoas. Dentre os mecanismos de proteção citados por Rutter (1987), o estabelecimento e a manutenção de autoestima e autoeficácia, através da presença de relações de afeto seguras e incondicionais, são importantes na promoção de processos de resiliência. Os dados nos levam a refletir sobre o papel do abrigo como importante segmento da rede de proteção social, pois apesar de estarem privados da experiência de convivência familiar, tão necessária à estruturação psíquica dos indivíduos, é evidente a necessidade que as C/As apresentam de obter sentimentos equivalentes aos que as relações familiares saudáveis proporcionam.

As respostas das C/As pesquisadas nesta investigação sugerem que as instituições devem oferecer apoio emocional, apoio de interação positiva e apoio instrumental. Entretanto, não há como desconsiderar que as C/As institucionalizados necessitam em especial de cuidadores que lhes ofereçam apoio, segurança e aceitação. Siqueira et al. (2006) mencionam que o apoio emocional é apontado na literatura como o apoio mais efetivo para reduzir os efeitos negativos de situações adversas. Nesse sentido, Barudy (2007) considera que "existe um acuerdo general entre los investigadores de la infância según el cual, para lograr la salud mental de los niños hace falta asegurarles lazos afectivos de calidade - de buen trato - incondicionalis, estables y contínuos" (p.64).

Pode-se considerar que, em meio à complexidade da análise dos dados coletados neste segmento da pesquisa, a categoria que emerge com força conceitual na fala das crianças e adolescentes relaciona-se à percepção do **SENTIMENTO DE SER CUIDADO.** Dela brota o sentimento de **amizade**, compartilhado com os cuidadores, vindo a se constituir como uma subcategoria. As referências feitas sobre a importância das relações estabelecidas com os cuidadores **que brincam juntos, que conversam, que ajudam nas tarefas escolares, que compartilham atividades da casa, respeitam, protegem dos perigos e orientam** passam a ser dimensões da categoria e subcategoria acima citada.

Ao concluir as entrevistas com os coordenadores e com as C/As, chega-se a um dos momentos mais esperados do trabalho, que vem a ser a eleição, pelos dois segmentos, dos cuidadores destacados positivamente por sua atuação profissional. Nesse momento, buscar-se-á compreender quais as características, crenças e concepções de infância/adolescência institucionalizada que os "eleitos" possuem e de que forma atuam. Importante salientar que o interesse por entrevistar os cuidadores transcende os meros e complexos aspectos da sua atuação profissional. Serão investigados os eventos significativos de sua história de vida e as possíveis relações com seus princípios básicos de atuação na instituição.

3.3 As cuidadoras eleitas

A última etapa de análise das entrevistas realizadas durante esta investigação consiste em pesquisar as concepções das profissionais eleitas pelos coordenadores e pelas C/As para compor a compreensão de suas práticas profissionais. As escolhidas pelos dois segmentos participantes da pesquisa são citadas como pessoas que segundo a ótica dos entrevistados, destacam-se pela qualidade positiva nas interações estabelecidas na instituição. No momento de elaboração do projeto de pesquisa, pensava-se inicialmente na eleição de um cuidador por instituição. Entretanto, conforme o desenvolvimento da pesquisa, foi surgindo a necessidade de entrevistar dois cuidadores por cada instituição, sendo um eleito pelos coordenadores e o outro pelas C/As entrevistadas. Embora o profissional eleito pelos dois segmentos não tenha convergido para a indicação do mesmo profissional, percebe-se que os eleitos pelos coordenadores, foram os segundos mais votados pelas C/As, evidenciando, portanto, uma similaridade de princípios nas escolhas.

A cuidadora eleita pela coordenadora da Inst. A trabalha há um ano e nove meses na instituição, tem 46 anos de idade e cursou magistério. Tem dois filhos e sua religião é o

espiritismo. Está atualmente trabalhando nos finais de semana, mas a maior parte do tempo, seu trabalho tem sido em dias úteis, no horário diurno. Além do final de semana, realiza também um trabalho no horário vespertino. Em nossa pesquisa, a entrevistada será referida como (EA1). A primeira experiência profissional da cuidadora eleita foi na instituição, sendo que as experiências anteriores foram obtidas com crianças relacionadas ao estágio do curso de magistério e ao cuidado de sobrinhos e filhos. Questionada sobre sua chegada à instituição, diz que em virtude do término do casamento teve de sair em busca de emprego. Salienta as dificuldades e dúvidas que sentiu ao iniciar o trabalho, mas considera que foram superadas ao **SENTIR-SE ACOLHIDA pelas crianças assim como pelos colegas e coordenação**. Sobre as **dificuldades iniciais** enfrentadas, a entrevistada faz menção aos sentimentos de piedade e consternação que, segundo ela, a criança institucionalizada evoca nas pessoas: "*eu chegava em casa e ficava pensando, como eu iria lida com crianças assim né, (..) crianças assim que não tem pai que não tem mãe e eu ficava me comovia, sabe porque eu sempre tive pai e minha mãe do meu lado, meus filhos também tiveram, então isso ai mexia muito comigo" "as vezes eu chorava por isso" "como eu vo lida com eles?"* (EA1). Os sentimentos mencionados pela entrevistada são comuns no contato inicial das pessoas em geral com C/As institucionalizados.

A experiência no percurso de atuação da autora em instituições de abrigo, revela a importância de oferecer esclarecimentos às pessoas, para que possam reverter os sentimentos de piedade referidos pela cuidadora em afeto genuíno e empatia. Até porque, piedade e consternação não se constituem em propriedades relacionais em favor do desenvolvimento. A entrevistada menciona a importância da **APRENDIZAGEM RECÍPROCA** que se estabelece entre ela e as crianças, culminando com a busca e obtenção das respostas para os dilemas iniciais enfrentados: "*tu vai aprendendo com eles, porque é uma troca recíproca, tu aprende com eles, a vivência deles e eles aprendem com a gente também"*. Ao mencionar que os cuidadores podem oferecer "*além do carinho, do amor, o afeto, tudo isso, aí a gente pode passa outras coisas também (..) como eles podem se comporta né, educação em geral"* (EA1), sugere a **AFETIVIDADE COMO SUSTENTÁCULO DA EDUCAÇÃO.** A consciência da responsabilidade do seu papel na instituição se mostra quando afirma: "*é uma responsabilidade nossa né, de quando a gente vem prá cá, é isso que mais mexe com a gente, será que eu vo pode né dá algo mais que eles esperam da gente?"* (EA1). Ao definir sua concepção sobre C/As institucionalizados, considera que não diferem das demais crianças, com a diferença de que foram abandonados pelos pais: "*falta algo mais para eles que os meus*

(filhos) têm, que seria aquele carinho como eu te falei né, o afeto, mas o resto eu acho que é praticamente igual".

Ao avaliar seu trabalho, menciona como percebia as C/As antes e como percebe atualmente, evidenciando **mudanças no comportamento deles após o ingresso no abrigo**. Considera que se tornaram "*mais educados, mais calmos né,(..) porque eles encontram na gente o apoio, a confiança, a segurança que eles não tinham, né assim, eu posso conta com aquela tia porque ela vai me ouvi"* (EA1). Portanto, para a cuidadora, o resultado de seu trabalho é perceptível na conduta das C/As: "*quando eu entrei aqui há um ano atrás né, há um ano e uns meses atrás eu vejo... eles hoje são mais felizes, são crianças mais felizes eu acho isso"* (EA1). Também reconhece **mudanças em si própria** "*eu até me sinto mais feliz, porque quando eu entro aqui parece que me transformo em criança, sabe eu me sinto uma criança também porque eu brinco com eles"* (EA1). As mudanças recíprocas evidenciadas pela entrevistada vêm ao encontro da categoria anteriormente citada como aprendizagem recíproca.

Percebe-se ainda que **brincar,** além de **representar uma forma de interação, significa também para a entrevistada uma estratégia para modificar o humor "negativo" das crianças:** "*se alguém tá triste assim eu chego, a que tu tem?, vamo brinca, vamo lá com a tia, eu tento assim anima eles né, eu não dexo eles ali no cantinho deles, ali triste"* (EA1). Com essa atuação, ela ressalta a eficácia na mudança dos sentimentos e comportamentos das crianças: *"quando eu vejo ele ta lá brincando, então ele sai e vai brinca, então eu vejo que ele saiu daquele cantinho dele, que ele tava triste ali, então eu vejo que alguma coisa, eu fiz uma diferença em ter chegado, ter conversado com ele, então eu fiz a diferença"* (EA1).

Questionada a respeito de sua rotina de trabalho na instituição, menciona que atualmente está trabalhando nos finais de semana. Ao chegar, dedica-se às rotinas do café da manhã e da higiene bucal. Em seguida leva as C/As para uma praça perto da instituição, com bolas, cordas e raquetes de frescobol. Afirma que após o almoço, um dos programas prediletos das crianças é ouvi-la contar histórias de filmes de terror: "*eu conto algum filme de terror para eles e eles ficam assim escutando ali, olhando com aqueles olhinhos, esperando alguma coisa mais*"(EA1).O relato da cuidadora ressalta a **característica lúdica de sua atuação:** "a*í a gente faz piquenique, brinca de esconde, de pega-pega, a gente ta sempre inventando uma coisa né, passa o tempo todo brincando"* (EA1). A cuidadora faz menção do seu esforço de superação pessoal, o que ela considera necessário para ser uma cuidadora institucional. Destaca ainda a presença da religiosidade no seu processo de superação: *"a*

gente tem que ter pique, pra aguenta essa turma, porque não é fácil, eu já tô com quarenta e seis anos, mas perto deles eu me sinto com quinze anos com dez né, eu acho que até Deus dá essa energia pra gente supera tudo isso" (EA1).

A percepção que a cuidadora tem de sua relação com eles é definida como *"boa"*, baseando-se na constatação de que eles se sentem bem com ela. Menciona uma atividade que está realizando no período da noite, quando eles pintam, desenham, fazem biscoitos, pão e outras guloseimas. Tais atividades estão produzindo sentimentos de satisfação nas C/As e também na cuidadora: *"eu to adorando também, eu to gostando disso"* (EA1). E também demonstram que a relação estabelecida entre as C/As e a cuidadora sustenta-se na mutualidade de afetividade, na reciprocidade e no equilíbrio de poder, referidas por Bronfenbrenner (1979/1996) como propriedades essenciais das relações interpessoais que sustentam o desenvolvimento saudável dos indivíduos. No mesmo relato, percebe-se que há uma **satisfação recíproca** entre os dois polos da relação, cuidador e C/A, exemplificada no momento em que produzem a alimentação em cooperação, havendo uma alternância de poder durante a realização da atividade. Faz a ressalva de que, apesar de gostar do que faz, *"é cansativo, estressante porque tu usa teu físico, usa teu emocional e isso desgasta muito a gente né"* (EA1). Ainda quando descreve sua relação com as C/As, afirma perceber que eles gostam muito das atividades que ela proporciona: *"a tia nunca ta cansada, se eles me convidam pra joga bola eu vo com eles, eu nunca to cansada pra eles, eu não gosto de fica parada, sentada vendo televisão"* (EA1). Descreve a sua forma de comunicar-se através de uma **postura firme, mas sem gritar** *"eu não so muito de grita, eu vejo que tão brigando ou alguma coisa ruim eu chego firme mas com carinho, eu não chego brigando assim não", "tão faltando o respeito com alguém, ai eu vo firme mesmo"* (EA1).

Questionada sobre a importância que ela tem na vida deles, responde afirmativamente, em função da **confiança** que eles sentem por ela, e do **carinho** no momento de oferecer a **escuta quando eles precisam**: *"eu gosto muito de olha olho no olho pra conversa" "ta com a cabeça baixa assim, eu tento levanta o rostinho dele e olha no olhinho dele né"* (EA1). Reconhece que eles também são importantes em sua vida pessoal: *"eu paro um pouquinho de pensa em mim, na minha vida, de me lamenta das coisa né" "eu esqueço um pouco de mim"* (EA1).

No momento de apontar alguma dificuldade em relação ao trabalho institucional, a entrevistada faz referência ao aspecto do lazer. A cuidadora gostaria de ter um meio de transporte a sua disposição (Kombi) e um motorista para passearem nos finais de semana. O último aspecto abordado durante a entrevista foi referente à relação que poderia existir entre

sua infância e sua atuação profissional. A cuidadora considera que teve uma infância muito boa, sendo nítida a lembrança da alegria que era brincar com seus cinco irmãos e seus colegas, fazendo parte das memórias de sua infância. Andar de bicicleta, subir em árvore, rolar de cima do morro, jogar bola e bolinha de gude são brincadeiras que fizeram parte da sua infância.

A cuidadora eleita pelas C/As entrevistadas na Inst. A foi a própria coordenadora da instituição. Quanto aos aspectos profissionais, trata-se da primeira experiência da cuidadora. Relata que possui uma filha e sua religião é o espiritismo. A forma como aqui a nomearemos será (EA2). O seu ingresso como trabalhadora na instituição deu-se por estar enfrentado dificuldades financeiras, sendo necessário buscar formas de prover seu sustento. Assim como a entrevistada anterior, faz referência às **dificuldades** que enfrentou no início da sua trajetória profissional no abrigo: *"foram dias muito difíceis, eu não sabia como lidar"* (EA2). Semelhante à outra cuidadora eleita (EA1), menciona a **APRENDIZAGEM OBTIDA COM AS C/AS:** *"tudo o que eu adquiri foi com eles, foi ouvindo eles, aprendendo com eles", "conquistando eles, nunca em agressão, sempre procurando ouvi eles, mais ouvindo do que falar, e fui conquistando aos pouquinhos, não tinha nenhuma experiência"* (EA2).

Outra semelhança apontada no discurso da EA1 refere-se aos pensamentos que tinha ao chegar a sua casa, logo que iniciou suas funções. Ficava refletindo sobre a melhor forma de atuar: "*às vezes eu me deitava e... meu Deus, como vou agi com tal criança com toda dificuldade*"(EA2). O que demonstra a preocupação com a qualidade de vida das C/As e a seriedade e o compromisso de atuar corretamente. Menciona a experiência com uma criança considerada muito agressiva, de quem se aproximou, conversou e brincou. Com tal atuação, teve condições de *"entender a vida dela, de tanto sofrimento, por isso que ela largava tanta raiva nos outros, porque na verdade o que ela queria era que cuidasse dela" "foi assim uma experiência de vida"* (EA2). No relato do evento citado, a cuidadora parece evidenciar a importância de **COMPREENDER AS MENSAGENS implícitas DOS COMPORTAMENTOS explícitos.** Acredita que essa forma de atuação profissional está intimamente relacionada à sua **história de vida:** *"eu trouxe tudo isso acho que lá da minha família, também um pouco da minha infância"* (EA2). Para ela, suas vivências de situações de muito sofrimento durante a infância proporcionaram um direcionamento em sua atuação profissional. Em sua opinião, essas vivências podem influenciar a constituição de um cuidador protetivo: "*na verdade toda a pessoa que vive dentro de uma instituição trabalhando como funcionário, aquela boa, no fundo, no fundo ela tem a infância um pouco parecida com a das crianças, então por isso que eu entendo tanto o sofrimento das crianças*

quando elas chegam" "*poder dar a elas o amor que eu queria pra mim quando era pequena"* (EA2). Percebe que suas vivências infantis servem como norteadoras da relação com as C/As: "*ela reflete no meu trabalho, eu acho que acima de tudo nossa relação tem amor, eu trato eles com amor, eu brigo. Brigo porque é o melhor para eles, mas eu não dexo de i lá abraça, beja, faze aquele cafuné que eu não tive"* (EA2).

Embora considere que na instituição onde atua as C/As têm carinho, reconhece que o desejo deles é retornar às suas famílias: "*eu sei que na verdade no coraçãozinho deles, eles gostariam de tá com a família, mesmo sabendo que eles lá vão te o sofrimento, de apanha, de vive dificuldades", "eles querem a família (...) eles queriam é ta com a mãe, ta com o pai junto, mas eles sabem o quanto uma instituição é boa, quantas coisas eles podem te e quanto ganho eles vão te dentro da instituição que na família eles não ganhariam"* (EA2). Descreve suas atividades na instituição como "*legal e às vezes bem estressante"* (EA2), o que evidencia a dialética das práticas de cuidado institucional. Define sua relação com eles como "***uma relação de mãe***" e ilustra contando que uma das vezes em que chorou abraçada a um dos adolescentes foi quando ele disse "*tu pra nós é uma mãe, o que seria da gente se não tivesse tu, tu é diferente mãe, porque tu nos entende*" (EA2). Nesses momentos, percebe a importância deles na sua vida, e vice-versa: "*quando acontece essas coisas comigo eu deveria aí berra, naquele momento eu ganhei o dia, aquilo me faz tão bem"* (EA2). A categoria da importância de pautar as **relações institucionais em modelos familiares** novamente se apresenta com vitalidade nos discursos transcritos.

A forma como descreve a comunicação que mantém com as C/As é sustentada pelo respeito e franqueza: *"olha assim, primeiro eu respeito eles, eu jamais vô chega sabendo de toda trajetória de vida deles, jamais vo chega e agredi eles, eu só falo palavras para atingi o coração deles quando eu sinto que eles tão precisando ouvi*. (...) *tu não vai fala para uma criança de 3,4 ou 5 anos, mas quando eles tão na fase da adolescência acho que tem sim que ouvi a verdade"* (EA2). A modalidade de relação apontada não está, segundo a entrevistada, restrita às C/As, mas a todos os segmentos da instituição: *"a gente trabalha muito é sobre o respeito, tanto pela criança como pelo funcionário" "a gente conversa, senta né, sempre teve isso, as dificuldades dela (funcionária) de pode ajuda" "O (Inst. A) é uma família, uma família completa, coordenação, funcionários e acho que ela só dá certo porque é assim, não tem aquela coisa individual, eu acho que o (Inst. A) só tem a cresce sempre que trabalha assim"* (EA2).

A cuidadora eleita pela coordenação da Inst. B (EB1) tem 32 anos e já havia trabalhado na instituição durante três anos. Relata que saiu em virtude de sua gravidez,

ficando afastada por dois anos. Após o período de afastamento, retornou e já está há três anos na instituição, completando, portanto, seis anos de trabalho. Possui um filho e sua religião é espírita. Sua experiência profissional anterior foi como caixa operadora de supermercado. Inicialmente foi contratada pela instituição para trabalhar em um projeto de informática e, finalizado o projeto, permaneceu na casa.

Questionada sobre sua concepção de criança institucionalizada, sua resposta é ampliada para refletir nos sistemas ecológicos dessas crianças, desde o microssistema até o macrossistema: "*de família desestruturada, devido à situação econômica do país"* (EB1). Seu discurso apresenta a **percepção de transgeracionalidade d**o evento da institucionalização em paralelo com o das famílias: *"os pais já vêm de toda uma história, eles também têm essa história de abandonado (...) os pais dos pais, então é uma bola de neve"*.

Sua rotina é descrita da seguinte forma: chega às 9h da manhã na casa e dedica-se ao apoio às tarefas escolares das C/As: "*vou chamando de dois em dois e aí vai fazendo as tarefas*"(EB1). Ajuda no almoço, na higiene bucal e a vestirem os uniformes escolares. Acompanha a ida dos mesmos à escola e ao voltar, às 14h, auxilia na tarefa escolar dos maiores. Após a realização das tarefas, os maiores são liberados para o computador, pois segundo a entrevistada, eles adoram o *Orkut.* Os menores utilizam o computador para os jogos. Todas as questões pedagógicas são de sua responsabilidade, inclusive a participação nas reuniões como representante da instituição na escola. Essa pessoa atua como elemento de ligação, que interconecta os microssistemas formando o mesossistema escolar e a instituição das C/As.

Define sua relação com as C/As "***como filhos mesmo***". Semelhante às duas entrevistadas da Inst. A, a cuidadora eleita, relata que pensa neles mesmo não estando na instituição. Novamente a **preocupação** com as C/As surge das falas das profissionais ouvidas. Menciona que "*quando está em casa fica pensando se eles tão com diarreia, nas viroses que eles têm, se eles tão gripados" "tu ta dando comida pro teu filho no horário e fica pensando"* (EB1). Conclui que "*faz parte da vida deles e eles fazem da tua*" (EB1), o que evidencia a reciprocidade das relações. Percebe mudanças em sua atuação profissional após ter tornado-se mãe: "*quando eu trabalhei aqui por 3 anos atrás eu não tinha essa visão, e eu acho que meu trabalho não era tão bom quanto hoje, tu tem outra visão, outro olhar né"* (EB1). Considera que sua relação com eles tem muita troca "*só vai joga se se comporto*" (EB1), embora reconheça que em alguns momentos deve prevalecer a tolerância. Da mesma forma que faria com um filho, exige a produtividade na escola, vislumbrando um futuro melhor para eles: "*não fez as coisa na escola, então tu briga porque tu qué que eles sejam o melhor possível né*

que eles cheguem a faze uma faculdade, assim a gente qué o melhor" (EB1). Percebe que algumas crianças são bastante resistentes: "*de te algum problema e tu quere conversa e ele realmente não se abri, aí fica bem difícil, sem conversa não tem como"* (EB1), dificultando, assim, a aproximação.

Questionada sobre os modelos parentais em sua história de vida, denomina sua família como "tradicional", com pai e mãe. Menciona que o modo de educar da sua mãe era baseado em punições físicas: "*venho de uma família que dava muito pau, minha mãe batia bastante na gente"* (EB1). A entrevistada relata que procura educar de uma outra forma, "*a base da conversa, pra não repeti o que aconteceu*" (EB1), numa demonstração de que nem sempre os modelos dos pais são transmitidos através das gerações de forma linear. As dificuldades mencionadas estão voltadas ao atendimento às C/As, tanto no **aspecto quantitativo como no qualitativo:** *"são muitas crianças, então por mais que tu tente dá atenção pra todos, fica difícil né, então são várias idades" "teria que te mais funcionários, teria que te, como eu vo dize, trabalho mais detalhado, específico para cada idade"* (EB1). Expressa o sentimento de esperança e desejo de mudança ao dizer: "*sô idealista, assim fico pensando em mudanças né"* (EB1). Assim como a coordenadora da sua instituição(Cd.2), faz referência às eleições afetivas na instituição: "*a gente que dá atenção, mas tu dá colo pra um, mas tem são muitos né, e eu acho que até que a gente cria vínculos maiores com alguns e com outros, até por ser muito corrido, muita criança né*" (EB1). Na fala citada, a cuidadora revela preocupação com a dificuldade em oferecer atendimento de qualidade, em ambientes onde existe um número elevado de crianças, o que facilita que haja seleção de crianças, ou seja, algumas recebem um olhar mais atento por parte dos cuidadores.

A eleição da cuidadora pelas C/As da Inst. B (EB2) surpreendeu a própria cuidadora e a coordenação, por ela estar na instituição há apenas quatro meses e ter suas atividades voltadas para a área burocrática. A entrevistada possui 33 anos, é casada e tem uma filha. Trabalhou por onze anos no asilo de idosos, também na área administrativa. Ao descrever sua religião, considera-se uma católica não praticante, mas tem se aproximado ultimamente do espiritismo. Embora seu trabalho anterior também estivesse ligado à população em situação de risco social, a entrevistada reconhece a diferença na dinâmica das duas instituições. Em relação à sua concepção sobre C/A institucionalizada, acredita que: "*pelo meu ponto de vista eu acho assim que elas precisam é de bastante carinho, muito carinho, compreensão, paciência, assim ó pessoas que estejam na volta dela tenham aquele momento dedicado a elas, pra elas assim se sentirem um pouco mais sei lá amada, não tem assim acaba um*

pouquinho com aquela rejeição ou com os medos, assim tenham momentos de tranqüilidade entende" (EB2).

Quanto a sua rotina de trabalho na instituição, a cuidadora eleita afirma que, apesar de sua responsabilidade referir-se à parte burocrática, sempre que pode **busca contato** com as C/As, assim como procura aliviar a rotina de trabalho das colegas, para que possam dar mais atenção a eles: "as *minhas atividades são burocráticas, mas assim sempre que eu tenho tempo disponível as vezes eu chego mais tarde aqui em cima né eu fico lá com as gurias eu ajudo a servi o café a assim quando ta muito tumultuoso eu ajudo a assim da uma olhadinha, pra não brigarem, assim da uma reparada","* *eu chego aí vo dando oi, bom dia pra todo mundo passo no berçário sempre do uma passadinha no berçário e colaboro com as gurias pra elas terem não pra elas diminui o serviço delas pra elas terem mais tempo pra pode da atenção pra eles, pra gente te mais tempo disponível pra eles"* (EB2).

Quando solicitada a definir sua relação com as C/As, considera que **a mesma está sendo construída:** "*a minha relação é assim, ainda não amadureceu muito"*. Apesar de considerar que é uma relação em construção, a indicação do seu nome pareceu provocar a entrevistada a ter uma nova percepção sobre o significado da sua relação com eles: "*eu fiquei* ***surpresa*** *deles terem falado meu nome é qualquer coisinha que eu faço eu acho que, eu pensei que não fosse tão importante mas na realidade eu acho que é*". Em virtude do presente trabalho de pesquisa, pode-se dizer que a entrevistada passou a atribuir novos significados para a sua atuação profissional. Lisboa e Koller (2004) fazem referência ao fato de que a" presença do pesquisador, através da inserção ecológica, por si só, é capaz de alterar a dinâmica das relações" (p.350). Questionada sobre a sua forma de comunicação, ela demonstra sentimentos de insegurança de forma semelhante ao que as demais profissionais entrevistadas enfrentaram quando iniciaram o trabalho. A intimidade é reconhecida pela entrevistada como uma dimensão a ser construída reciprocamente: *"às vezes é difícil né tem que te paciência, fala várias vezes, explica várias vezes pra pode assim te um momento assim que eles param assim e ficam pensando assim e as vezes eles cedem as vezes não" ,"assim como assim eu não, eu tu a pouco tempo na casa eu procuro assim não pergunta nada assim que seja, assim tipo toca na firidinha deles porque até mesmo eu não sei lida muito bem com esse tipo de problema"* (EB2).

Sobre as dificuldades evidenciadas, percebe-se que as preocupações das duas cuidadoras eleitas da Inst. B são semelhantes. Ambas registram os aspectos da organização da casa, ou seja, a **baixa quantidade de cuidadores e a necessidade de um atendimento que contemple as necessidades das C/As:** *"aqui principalmente aqui na casa é a falta de pessoal*

que tenha assim capacitação pra trabalha com eles, que entenda os motivos né do abrigamento, são poucas as pessoas que tão na casa pra faze tudo, atende a eles e a capacitação, eu acho que falta" (EB2).

Em relação às suas experiências pessoais na infância, considera que a relação afetiva que experienciou junto a seus pais, assim como a figura protetiva da avó, estão influenciando sua atuação profissional no momento: "*talvez assim seja porque, assim eu sempre recebi muito amor né, a minha mãe sempre foi muito carinhosa sabe assim ó então assim nesse ponto assim de, eu não tenho carência nenhuma, então eu acho assim que eu procuro passa isso pra eles sabe, de repente eu vejo assim que a necessidade deles seja assim grandes né mas assim que o carinho eu acho que a gente dando um carinho, um afeto, um calor humano eu acho que ameniza muita coisa, trás segurança"* (EB2).

Conclui a entrevista ressaltando suas crenças e a importância da **qualidade das relações interpessoais como forma de amenizar sofrimentos,** assim como revelar que pequenas atitudes, consideradas muitas vezes como insignificantes, podem afetar de forma positiva ou negativa as C/As. Em seu discurso também sublinha a necessidade de um atendimento que **respeite as singularidades de cada C/A**: "*o que é o essencial aqui seria né a compreensão e a manera de sabe lida com cada um deles, cada um deles tem um problema diferente né mas eu acho que o foco é o mesmo né tenta ameniza tudo que tu puder pra eles né não terem essa, porque eu acredito assim que na fase de quando a gente é criança, nessa fase a gente guarda tudo o que é de bom, tudo que é de ruim então eu acho que qualquer coisa que eu faça hoje eu acho que isso vai fica, vai se poquinho mas vai, como a gente percebe né assim eu não tinha nem idéia dessa importância*" (EB2). Isso parece deslocar o atendimento universalizado e coletivo para uma perspectiva de desenvolvimento de potencialidades individuais.

3.3.1 Reflexões sobre as concepções das cuidadoras eleitas

Considera-se que ser eleito por destacar-se positivamente em atividades laborais, seja motivo de satisfação pessoal em qualquer segmento de trabalho. Entretanto, tomando por base o ambiente institucional e suas inúmeras dificuldades, a indicação toma uma dimensão de reconhecimento ainda mais expressiva, passando a ser, de certa forma, "uma declaração de amor". A afirmação baseia-se no fato objetivo de que todas as cuidadoras eleitas se emocionaram ao saberem da sua escolha. Apesar de as instituições pesquisadas não terem

nenhuma vinculação com segmentos religiosos, três das cuidadoras eleitas têm como religião o espiritismo e a uma delas faz referência à sua simpatia pela doutrina espírita.

Embora existam diferenças nas formas de atuação das cuidadoras eleitas, a relação afetiva, a busca de proximidade e o respeito à condição de vida de cada C/A institucionalizado encontra-se presente nos discursos das quatro profissionais escolhidas. A preocupação, ou "pré-ocupação", que transcende o espaço físico da instituição, também mostrou força e vitalidade nas expressões e discurso das cuidadoras mesmo quando se encontram em suas residências, após o turno de trabalho. Isso parece compor as díades primárias e o mesossistema mental (Bronfenbrenner, 1979/1996) destas pessoas.

As entrevistadas da Inst. A (EA1) e (EA2), fizeram referências às dificuldades que enfrentaram logo que iniciaram seu trabalho na instituição. Dessa forma, a transição ecológica das profissionais para o contexto institucional deve ser considerada como fato relevante na constituição do papel do cuidador institucional e merece atenção especial. Uma das cuidadoras, (EA1), faz menção à importância de ter se sentido bem acolhida pelas C/As e pelos colegas, assim como pela coordenação, o que facilitou seu engajamento nas fases iniciais do trabalho. O acolhimento ajudou a superar a insegurança inicial que caracteriza as transições ecológicas (Bronfenbrenner, 1979/1996) Pode-se dizer que a transição ecológica se constitui num dos eventos significantes para todos os segmentos que fazem parte do contexto institucional, porque todos se sentem afetados por estas mudanças e suas implicações.

As cuidadoras (EA1) e (EA2) consideraram que as C/As foram as figuras mais importantes para a superação das dificuldades enfrentadas no início e evidenciaram que suas relações com elas são sustentadas por processos de mutualidade, de trocas e de ensino-aprendizagem. Considera-se que as cuidadoras, ao estarem disponíveis para construir experiências de aprendizagem com as C/As, são capazes de colocar-se numa posição empática, que pode tornar seus conhecimentos mais genuínos. Tais aprendizagens ocorreram permeadas por posturas apresentadas por ambas de disposição para escuta e valorização das histórias das C/As: *"tu vai aprendendo com eles"* (EA1), *"tudo que eu adquiri foi ouvindo eles"* (EA2),*"mais ouvindo do que falando"* (EA2). As interações entre adultos e C/As sustentadas pela dimensão de ensino-aprendizagem produzem crescimento para os dois lados da relação. O educador Paulo Freire (2006) relata uma conversa que manteve com a professora Olgair Garcia, na qual relatou a ele fatos de sua experiência pedagógica de professora de crianças e adolescentes e também de professora de professoras. Ela afirma que vinha observando o quão importante e necessário é *saber escutar*:

> escutar é algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. (FREIRE, 2006, p. 119)

Outra similaridade existente entre as duas cuidadoras referidas está no reconhecimento de que as interações com as C/As produzem satisfação pessoal: "eu *até me sinto mais feliz"* (EA1), *"aquilo me faz tão bem*" (EA2). O depoimento das duas cuidadoras sobre suas atuações evidencia que os processos proximais sustentados pela afetividade e reciprocidade fazem parte de suas interações e trazem bem-estar subjetivo e felicidade.

A importância do aspecto lúdico tranversaliza as concepções de uma das entrevistadas (EA1). A satisfação recíproca, ao brincar, assim como a utilização da brincadeira como estratégia de superação dos sentimentos de tristeza das C/As sugere a importância da dimensão. Outra cuidadora, (EA2), apontou a importância de compreender e atenuar o sofrimento das C/As institucionalizadas. Essa postura pessoal parece estar relacionada ao sofrimento que permeou sua própria infância, levando-a a pensar em suprir as necessidades que emergem da privação da convivência maternal nessas crianças: *"tu pra nós é uma mãe, o que seria da gente se não tivesse tu, tu é diferente mãe"* (CA2). Embora sua atuação tenha a intenção de suprir a ausência da mãe biológica, reconhece que mesmo distantes fisicamente da família e dos sofrimentos a que foram submetidos, existe na grande maioria o desejo de retorno à família. Yunes, Arrieche, Tavares e Farias (2001), ao investigarem percepções de crianças em situação de rua e de crianças institucionalizadas sobre suas famílias, constataram que existem oscilações na forma de concebê-las. Os entrevistados na pesquisa das autoras, fizeram referencias a um tipo de família *pensada*, idealizada, que difere da família *vivida*, ou seja, aquela que se desvela na realidade do cotidiano das C/As. As autoras consideram que C/As institucionalizados, ao estarem afastados de suas famílias biológicas, estão também afastados dos conflitos e das razões que motivaram o abrigamento. Isso possibilita que o distanciamento da realidade facilite a elaboração interna de modelos idealizados de família.

Na referência às famílias biológicas das C/As, a cuidadora (EB1) sugere que as C/As institucionalizadas são provenientes de famílias nas quais os pais também foram negligenciados. Poder-se-ia pensar que a compreensão sistêmica da violência e da negligência como um legado sócio-cultural, pode auxiliar as C/As entenderem suas circunstâncias de afastamento das famílias. Isso pode amenizar a justificativa simplista da falta de caráter dos familiares. Barudy (2007) assinala que diferentes investigações confirmam que as consequências dos maus tratos não se restringem somente ao sofrimento da vítima, nem às

consequências negativas para o desenvolvimento infantil, mas principalmente pela possibilidade de repetição do evento.

> un porcentaje significativo de los padres y madres que violentan a sus hijos fueron precisamente niños e niñas maltratados que no fueron adecuadamente protegidos ni ayudados por el daño de estas expeiencias. (BARUDY, 2007 p.132)

Todavia, há exemplos que se contrapõem a essa transmissão geracional dos maus tratos e suas consequências. Por exemplo, a atuação da cuidadora (EB1) que tem como forte característica, o diálogo. Tal forma de interação, conforme consideração da entrevistada está relacionada à sua história de vida e à busca por diferenciar-se de seus pais, que utilizavam a violência física (bater) como forma de educar. Nesse caso, é necessário enfocar a observação da cuidadora que, como tantas outras pessoas, não cumpre o *"script"* da família de origem e busca diferentes estilos educacionais, que fujam dos modelos de identificação e constituam-se em modelos de diferenciação.

Outro aspecto a ser considerado é a eleição da cuidadora (EB2) pelas C/As. Conforme já mencionado, ela trabalha há apenas quatro meses na instituição e suas atribuições são voltadas principalmente para atividades burocráticas. Entretanto, apesar dos aspectos que poderiam sugerir uma menor proximidade da profissional com as C/As, foi eleita como alguém significativa em suas vidas. Apesar de a sua rotina de trabalho não estar diretamente voltada para o atendimento deles, foi destacada a qualidade dos contatos. O seu entendimento acerca das necessidades das C/As institucionalizadas aponta as necessidades de carinho, compreensão, paciência e amor. Através dessa escolha por parte das C/As, fica evidente que o aspecto qualitativo supera o quantitativo quando se trata de interações pessoais. O fato de ter sido eleita foi uma surpresa para ela, assim como veio a demonstrar que pequenos detalhes nas relações fazem a diferença. Portanto, é notório que as C/As têm a sensibilidade e a sensatez para reconhecerem o cuidador que é afetivamente disponível para interações.

As duas cuidadoras da Inst. B mencionaram a necessidade de mudanças no atendimento às C/As, no que tange ao número insuficiente de cuidadores em relação ao número elevado de C/As. Foi apontada ainda a necessidade de uma atuação mais capacitada dos funcionários, que atenda às singularidades dos motivos da institucionalização, e às necessidades específicas de cada etapa do ciclo vital.

Dentre os diversos aspectos abordados é visível que todos os profissionais eleitos percebem a relação existente entre a sua história de vida, com as relações estabelecidas com seus cuidadores primários e sua forma de atuação na instituição. A influência dessas relações

primárias se manifesta através da identificação ou, inversamente, pela compreensão da necessidade de diferenciação. O que aparece de forma importante nos segmentos pesquisados é que a categoria Afetividade está vinculada interações mediadas por ações lúdicas, pelo diálogo, a ser ajudado nos temas, ser orientado e protegido. Estas ações apresentam reciprocidade entre os envolvidos, evidenciando a existência de processos proximais de qualidade. A categoria Aprendizagem Recíproca se dá a partir da aprendizagem mútua entre as C/As e seus cuidadores. O equilíbrio de poder se constitui como uma dimensão importante nas relações estabelecidas. Através da intencionalidade de aprender com as C/As, os cuidadores sentem-se mais habilitados a comprenderem os diferentes comportamentos manifestos pelas C/As. A categoria Acolhimento, estando vinculada ao sentimento de bem estar das C/As e seus cuidadores remete-nos a dimensão simbólica de sentir-se pertencendo a um contexto específico.

A seguir apresentar-se-á a integração da análise das reflexões apresentadas nos três segmentos de pessoas entrevistadas: coordenadores, crianças e adolescentes institucionalizados e cuidadores eleitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento de tecer as considerações finais do trabalho apresentado, deparamo-nos com o desafio de integrar os dados mais relevantes acerca das características principais que constituem um cuidador, que, além de mostrar-se protetivo, contribui para qualificar as interações que se estabelecem no ambiente institucional. Produzir uma intersecção das concepções dos três segmentos observados e entrevistados oportuniza a produção de uma espécie de "raio x" institucional e revela algumas entranhas das histórias que compõem o cenário em estudo.

A análise foi fiel à abordagem bioecológica do desenvolvimento humano, já que esteve atenta para identificar *processos* de interação entre as *pessoas* (C/As e cuidadores), objetos e símbolos (percepções e crenças) em dois ambientes imediatos (*contextos* institucionais) em um dado período *do tempo.* Compreender e relacionar o conteúdo das concepções e crenças dos dirigentes e cuidadores eleitos com as percepções das crianças e adolescentes foi uma das partes mais significativas deste trabalho e possibilitou visualizar os reflexos dos sistemas de crenças pessoais dos profissionais atuantes, nos padrões de organização e nos sistemas de comunicação institucional. Os critérios utilizados pelos coordenadores para a escolha do cuidador esclarece muito a respeito do estilo das práticas de atendimento institucional e parece influenciar a direção dos processos proximais de cada instituição.

Pode-se dizer que o fenômeno denominado transição ecológica se constitui em um dos eventos mais significativos para todos os segmentos que fazem parte do contexto institucional, ou seja, coordenadores, crianças e adolescentes e cuidadores revelaram que se sentem afetados pelas mudanças que ocorrem no ambiente, sendo que tais mudanças apresentam implicações em suas rotinas.

Quanto ao foco do estudo proposto, as interações das C/As e CUIDADORES, segundo se demonstrou, há pelo menos quatro cuidadores eleitos como pessoas importantes nas duas instituições. Poder-se-ia afirmar que eles são os "outros significativos", ou "tutores de desenvolvimento" (BARUDY, 2007) na vida das crianças e adolescentes abrigados. As motivações das referidas escolhas evidenciaram percepções diferentes sobre o que é mais importante para as C/As na constituição das relações com os cuidadores nas duas instituições pesquisadas. A reflexão sobre as escolhas voltadas para os diferentes apoios por parte das C/As (de interação positiva, apoio emocional e apoio instrumental) leva a pensar que, embora as opções pareçam ser tendências individuais, estão muitas vezes vinculadas ao que o

ambiente físico e social lhes disponibiliza. Com isso se acredita ser possível que o apoio instrumental se sobressaia numa instituição de abrigo para C/As, na medida em que há menor disponibilidade de apoio emocional e afetivo dos cuidadores.

Quanto ao cuidador eleito, pode-se constatar que as características pessoais legitimam o "cuidador protetivo", independentemente do grau de escolaridade e/ou conhecimentos teóricos sobre infância e adolescência. Este dado remete a importância que Bronfenbrener e Morris (1999) atribuem aos atributos da pessoa, como sendo um dos fatores que influenciam e direcionam o desenvolvimento humano. Para os autores, os atributos denominadas de força, recursos e demanda influenciam a direção dos processos proximais que a pessoa venha a estabelecer. O componente denominado *força* relaciona-se a disposição ativa que a pessoa apresenta para estabelecer processos proximais. *Recursos* são as habilidades, destrezas e experiências pessoais que a pessoa utiliza para qualificar os processos proximais. O último tipo de atributo denominado *demanda* esta vinvulado a capacidade de evocar o desenvolvimento saudável do outro. O que se pode considerar de forma conclusiva neste trabalho, é de que os cuidadores eleitos possuem os referidos atributos a partir do momento que ficou evidenciado suas habilidades na relação estabelecida com as C/As (recursos), a sua disponibilidade e responsividade no estabelecimento de processos proximais (força), a maneira adequada de como utilizam suas experiências pessoais no seu trabalho, e o quanto se encontram disponíveis para evocar o desenvolvimento das C/As (demanda). O que efetivamente o define como "cuidador protetivo" são os seus sentimentos abertos e expressos de afetividade, de respeito à criança, de empatia, de confiança e otimismo diante das perspectivas de desenvolvimento humano, mesmo em situações adversas. Isso leva a pensar que a qualidade dos processos proximais no ambiente institucional é uma função decorrente das características pessoais dos cuidadores e que resultará em proteção ou risco, dependendo das relações proximais estabelecidas.

É possível concluir que os cuidadores eleitos possilitam, cada um a sua maneira, que as competências das crianças e adolescentes se manifestem, o que pode contribuir para os processos de resiliência. Logo, é possível considerar que, embora C/As institucionalizados estejam vivenciando situações que não se constituem em condições ideais para o desenvolvimento – por estarem submetidas ao *stress* específico desses ambientes – elas poderão se desenvolver caso estejam inseridas em um ambiente responsivo e sensível às necessidades relacionais/emocionais de todas as pessoas que formam o contexto, em especial, às C/As e suas famílias.

Para fins de sistematização do conhecimento sobre as categorias que emergiram nos

discursos dos três segmentos pesquisados, pode-se dizer que a tríade Acolhimento, Afetividade e Aprendizagem Recíproca retrata as concepções de relações institucionais dos entrevistados. O Acolhimento é uma categoria relacionada à dimensão simbólica das relações familiares, estando diretamente associada ao sentimento de segurança e apego em situações estranhas e de transições ecológicas. Sentir-se acolhido em uma situação desconhecida e ameaçadora é uma experiência inegavelmente necessária à estruturação psíquica saudável de todo e qualquer ser humano. Foi através dessa categoria que se expressaram as dimensões de cuidar e sentir-se cuidado como filho, de preocupar-se e ser objeto de preocupação e de sentir-se pertencendo a alguém e a algum lugar. Assim, é possível se fazer uma analogia à necessidade das instituições se constituírem em um "lócus de acolhimento humano", visto que todos os segmentos fazem referência à importância de sentirem-se acolhidos, principalmente no momento de ingresso no novo ambiente que, por si só, possui características tão específicas.

A Afetividade foi outra categoria que se apresentou com força no discurso dos três segmentos pesquisados. Aparece no momento em que os cuidadores eleitos relatam que compartilham brincadeiras, conversas, trocam confidências, escutam, aconselham, protegem dos perigos, auxiliam nas atividades escolares, educam e colocam limites e ainda realizam inúmeras atividades conjuntas. Os sentimentos de afeto são o substrato de todas as categorias que emergiram nos discursos considerados.

Por fim, a Aprendizagem Recíproca agrega dimensões vinculadas ao desenvolvimento dos indivíduos, independentemente da posição ou papel que estejam desempenhando e associa-se ao fato de que os vários segmentos reconhecem aprenderem uns com os outros. Embora possuam características que os diferencie, as interações estabelecidas apresentam em comum a afetividade, a reciprocidade na relação e a atuação compartilhada, que produz proximidade e equilíbrio de poder. Tais constatações vêm ao encontro das propriedades das relações interpessoais estabelecidas pela teoria ecologica de Bronfenbrenner (1979/1996). É possível constatar que, em especial, o cuidador que possui tais atributos torna-se um elemento importante na rede de apoio social e afetiva de crianças em situação de abrigamento. A significação do papel dos profissionais que atuam diretamente com as crianças foi reforçada por Barudy (2007), quando afirma que as relações podem ser terapêuticas

Ao concluir o presente estudo sobre as interações estabelecidas no ambiente institucional, entre os cuidadores e C/As institucionalizados e buscando enfocar o papel de proteção das interações surgidas, considera-se que os dados resultantes dos três segmentos pesquisados forneceram importantes indicadores quantitativos e qualitativos. Os dados

colhidos poderão contribuir para melhor compreensão dos ambientes em questão, no sentido de aprimorar e otimizar a funcionalidade dos contextos envolvidos, em nome do bem-estar de todos.

Este trabalho apresentou uma perspectiva diferenciada de investigar instituições, uma vez que buscou estudar as relações de uma forma sistêmica e contextualizada, evidenciando as interfaces entre as percepções dos três principais segmentos que compõem o ambiente institucional. Isso contrasta com o enfoque de outros importantes trabalhos produtores de informações de cada segmento em separado. Todavia, ressalta-se reconhecer as limitações metodológicas de um estudo desta natureza, que insistiu em esforçar-se para produzir uma compreensão ecológica com vistas a disponibilizar conhecimentos que, quiçá, poderão fundamentar novas políticas públicas na área. Sendo assim, espera-se cumprir o compromisso do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, no sentido de transformar e tornar o mundo institucional “mais acolhedor, mais afetivo e mais humano”. Então, ao adotar a posição de pesquisadores ecológicos, reitera-se o modelo teórico de Bronfenbrenner, dando continuidade à luta de um autor que dedicou sua vida pessoal e profissional para “tornar mais humanos os seres humanos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, D. T, VIEIRA, M. L. Relação de Apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Psicologia em Estudo**. Maringá. v..9 n.2 p.207-217, mai./ago. 2004.

ALTOÉ. S**.** Do Internato à Prisão: quem são os presidiários egressos de estabelecimentos de assistência à criança e ao adolescente? In: RIZZINI .I. **A Criança no Brasil hoje; desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro. Ed. Universitária Santa Ursula, 1993.

ANTON, I. L. C. **A escolha do cônjuge**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
AZEVEDO, M. A, GUERRA, V. N. A**. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 2 1997.

BARUDY, J. & DANTAGNAN, M. **Los Buenos tratos a la infância. Parentalidad, apego y resiliencia.** 3 ed, 2007.

BARUDY. J. Las necessidades infantiles. In: BARUDY J. e DANTAGNAN, M. **Los Buenos tratos a la infancia**. Parentalidade, apego y resiliencia. 3 ed1997.

BAZON, M. R., BIASOLI-ALVES, Z. M M. A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. **Psicologia Reflexão e Crítica**. v.13, n.001 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p.199-204. Brasil, 2000.

BERTALANFFY, Ludwing Von. **General System Theory – A Critical Review.** General Systems Yearbook, 1962.

BORGES, J, KRISTENSEN C. e DELL'AGLIO D. Neuroplasticidade e Resiliência em crianças e adolescentes vítimas de maus tratos**.** In: Dell"Aglio D. ,Koller, S. e Yunes, M.A.M. (Eds) **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Cada do Psicólogo. p. 259-283.

BOWLBY. J. **Apego e Perda**. 2 ed. Trad. A.Cabral, São Paulo: Martins Fontes, 1973/1990.
Brasil. Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

BRITO, R.C. Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua : Subsídios para uma intervenção comunitária. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 1999.

BRITO, R.C. e KOLLER.S.H. Desenvolvimento Humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, A. M.(Org.) **O mundo Social da Criança: Natureza e Cultura em ação**. São Paulo: Casado Psicólogo. 1999.

BROFENBRENNER, U. Discovering what families do. In: D. Blankenhorn,S.Bayme, J.B. Elsthain (Orgs.) **Rebuiliding the nest**. Wisconsin: Family service America, 1990. p. 27-39.

BRONFENBRENNER, U. e CECI, S.J. **Nature – nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model**. Psychological Revier, 1994.

BRONFENBRENNER, U. **A Ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados** Trad. de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas,1979/1996.

BRONFENBRENNER U. e MORRIS, P.A.The ecology of developmental process**.** In: LENER,R. M. (Org.) **Handbook of child psychology: theoretical models of human development,** 1998.

BRONFENBRENNER, U. Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In: B.L. Fredmann, & T.D. Wacks. (Orgs) **Conceptualization and assessment of environment across the life span.** Washington, DC: American Psychologial Association, 1999.

BRONFENBRENNER U. e EVANS, G.W. **Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings.** Social Development, 2000.

CARTER, B., McGOLDRICK, M. e col. **As mudanças no ciclo de vida familiar. Uma estrutura para a terapia familiar.** Trad. de Maria Adriana Veríssimo Veronese.2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, A M. Fatores contextuais na emergência do comportamento de cuidado entre crianças. **Psicologia Reflexão e Crítica**. v. 13. n.1. Porto Alegre, p.81-88, 2000.

CARVALHO, A. M. A., LORDELO, E. da R., KOLLER, S. H. (Orgs.) **Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: BA Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

CASSOL, L., DE ANTONI, C. **Família e Abrigo como rede de apoio social e afetiva.** In: Dell'Aglio, Koller, Yunes (Orgs.) **Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do Risco à Proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CECCONELLO, A.M. **Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco.** Tese de doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CECCONELO, A.M.; KOLLER. S.H. Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco**.** In: Koller. S.H. (Org.) **Ecologia do Desenvolvimento Humano.** Pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

COSTA, A da. Um Estudo sobre o impacto das (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional da vida de crianças e adolescentes abrigados. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2005.

DELGADO, A.C.C. O que nós adultos sabemos sobre infâncias, crianças e suas culturas? **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**. n.34. março/2004, p.1-7.

DELL'AGLIO, D.D. O Processo de *coping*, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

ERIKSON, E.H. **O ciclo de vida completo.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

FERREIRA, E. A.P., METTEL, T. P. de L. Interação entre irmãos em situação de cuidados formais. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Ano/vol.12, número 001. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p.133-146,1999.

FREIRE,P. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FIORI, W.R. Desenvolvimento emocional. In: Rappaport, C, Fiori, W, Davis,C. A **Idade e adolescência**. v. 4. São Paulo: EPU, 1981/1982.

GARBARINO,J E ABRAMOWITZ, R.H. Sociocultural risk and opportunity**.** In: Gabarino J. (Ed.) **Children and families in the social environment** 2nd ed. New York, 1992.

GRUSEC,J.E e LYTTON, H. **Social development: history, theory and research.** New York: Springer-Verlang,1988.

JULIANO, M.C. A influência da ecologia dos ambientes de atendimento no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados. Dissertação de Mestrado em Educação Ambiental não-publicada. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2005.

KAMINSKI, A K. O **Conselho tutelar, a criança e o ato infracional: proteção ou punição?** Canoas; Ed. ULBRA, 2002.

LAYARGUES, P.P. Prefácio. In: Santos, J.E., SATO, M. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora.** São Paulo: RIMA, 2003.

LECONTE, J. **Pilares da superação: elo, sentido e lei simbólica**. **Revista do Instituto Humanitas –** São Leopoldo: Ed. 241, out. 2007.

LISBOA,C.S.M. Estratégias de *coping* e agressividade: um estudo comparativo entre vítimas e não vítimas de violência doméstica. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Porto Alegre, 2001.

LORDELO, E. da R., FONSECA, A. L., ARAUJO, M. L. V.B. de. Resposividade do ambiente de desenvolvimento: crenças e práticas como sistema cultural de criação de filhos**. Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.13 n.1 Porto Alegre, 2000.p. 73-80. LORDELO, E da R**.** Interação Social e Responsividade em Ambientes Doméstico e de Creche: Cultura e Desenvolvimento. **Estudos de Psicologia**. Julho-dezembro, ano/vol.7, número 002. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, Brasil.p.343-350. 2002.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINEZ, Y.I. LEVER, J.P, Pobreza y apoyo social: um estúdio comparativo em três niveles sócio econômico. **Revista Interamericana de Psicologia**. Agosto 2007, v.41 n.2, p.177-188.

NARVAZ, M. G., KOLLER, S. H. O Modelo Bioecológico do desenvolvimento Humano. In: KOLLER, S. (Org.) **Ecologia do desenvolvimento humano.** Pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

NOAL, J., NEIVA-SILVA, L. **Adoção, Adoção Tardia e Apadrinhamento Afetivo: Intervenções em Relação a Crianças e Adolescentes Vìtimas de Abandono e Institucionalizadas**. In: Autor??? Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade. Casa do Psicólogo. 2007.

O'KANE, C. O desenvolvimento de técnicas participativas. Facilitando os Pontos de Vista das Crianças acerca de Decisões que as Afetam. In: CHRISTENSEN, P, JAMES, A. **Investigação com Crianças**. Perspectivas e Práticas. 2005.

OSÓRIO, L.C. O adolescente no próximo milênio. In: FICHTNER. L. **Prevenção e diagnóstico e tratamento dos transtornos mentais da infância e da adolescência: um enfoque desenvolvimental.** Porto Alegre:Artes Médicas, 1997.

ORIONTE, I., SOUZA, S. M. G. **Viver em abrigo: com a Palavra, a Criança**. Pesquisas e Práticas Psicossociais. 2(1), São João del-Rei, Mar/Ago., 2007.

PESCE, Renata P., ASSIS, Simone G., SANTOS, Nilton, OLIVEIRA, Raquel de V. Carvalhaes**.** Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e pesquisa**. Vol.20. n.2 Brasília May/Aug.2004, 135-143.

PERRONE, R, NANNINI M. Violência y abusos sexuales em la família. Un abordaje sistêmico y comunicacional. Buenos Aires-Argentina: Paidós, 1998.

PRATI, L.E.; COUTO, M.C.P.P; MOURA,A.;POLETTO M e KOLLER,S.H. Revisando a Inserção Ecológica: Uma proposta de sistematização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 21 (1) 160-169, 2008.

RIZZINI, L**. O século perdido**. Rio de Janeiro: Anais, 1997.

RIZZINI, L. & RIZZINI, I. **A Institucionalização de crianças no Brasil. Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGO, M. J.; RODRIGUES, A.; & MARRERO,J. **Las teorias implícitas: una aproximacion al conocimiento cotidiano.** Madrid: Visor, 1993.

RUTTER, M. Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. **Bristish Journal of Psychiatry**. 1985.

RUTTER, M. **Psychosocial resilience and protective mechanisms**. American Journal of Orthopsychiatry., 1987. p. 316-331.

RUTTER, M. Resilience concepts and finding: implications for family therapy**. Journal of Family Therapy**, 1999.

SANTANA, J. P. DONINELLI, T. M, FROSI, R. V., KOLLER, S. H**.** Os adolescentes em situação de Rua e as Instituições de Atendimento. Utilização e Reconhecimento de Objetivos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, jan-abr18(1), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. p.134-1142. 2005.

SANTOS, M.F., BASTOS, A.C.DE S. Padrões de interação entre adolescentes e educadores num espaço institucional: ressignificando trajetórias de risco. **Psicologia Reflexão e Crítica**. v. 15 n.1 Porto Alegre, 2002. p. 45-52.

SAPIENZA, G., PEDROMÔNICO, M. R. M. Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.10 n.2 p.209-216, mai/ago.2005.

SILVA,E.R. **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SIQUEIRA, A. C. **Instituições de Abrigo, Família e Redes de Apoio Social e Afetivo em Transições Ecológicas na Adolescência**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SIQUEIRA, A. C., DELL'AGLIO D. D. O Impacto da Institucionalização na Adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**. (1) 71-80; jan/abr.2006.

SIQUEIRA, A.C.; BETTS, M.K; DELL'AGLIO, D.D. **A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v.40, n 2, 2006, p.1-10.

SPITZ, R. **O primeiro ano de vida.** Trad. de E.M.B. Rocha São Paulo: Martins Fontes, 1965/2000.

WALSH, F. **The concept of family resilence: crisis and challenge.** Family Process, 1996.

_____. **Strengthening family resilience.** New York, London: The Guilford Press. 1998.

_____. **Family resilience: Framework for clinical pratice.** Family Process. 42, 2003.

WATZLAWICK, BEAVIN e JACKSON. **Pragmática da comunicação humana.** São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

YUNES, M A. M., SZYMANSKI, H. Resiliência: Noção, Conceitos afins e Considerações Críticas. In: TAVARES, J. (Org.) **Resiliência e Educação** São Paulo: Cortez, 2001.

YUNES. M. A. M.. A aplicação da "grounded-theory" como método de análise qualitativa no estudo da resiliência em famílias de baixa renda. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**. Niterói-RJ, v.2, 2001b.

YUNES, M.A.M.; TAVARES, M.F.A; ARRIECHE, M.R.O.; FARIA, L.C. Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. **Paidéia. Cadernos de Psicologia e Educação** - Departamento de Psicologia e Educação, FFCL RP-USP v.11, n.21, 2001/2002.

YUNES, M. A. M, SZYMANSKI, H. Crenças, sentimentos e percepções acerca da noção de resiliência em profissionais da saúde e da educação que atuam em famílias pobres. **Psicologia da Educação**. 17, 2º sem. p.119-137. 2003.

YUNES, M. A. M., MIRANDA, A. T., CUELLO, S. E. S. Um Olhar Ecológico para os Riscos e Oportunidades de Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes Institucionalizados. In: Koller, S.H. (Org.) **Ecologia do Desenvolvimento Humano Pesquisa e Intervenção no Brasil.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

YUNES, M.A.M. Psicologia positiva e resiliência: foco no indivíduo e na família. In: Dell"Aglio,D. Koller,S, Yunes, M.A. (Orgs.) **Resiliência e Psicologia** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

YUNES, M. A. M, MENDES, N.F.; ALBUQUERQUE, B.M. Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. **Texto e contexto**. 4, Número Especial, 2005.

YUNES, M.A. M**.** A resiliência desconstrói crenças pessimistas. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo: Ed. 241, out. 2007.

WILLS, T, BLECHMAN E. e. McNAMARA G.. **Family support, coping and competence**. In: Hetherington M, Blechman. (Orgs.) Stress, coping and reliliency in children and families. New Jersey; Lawrence Eribuam Associates Publishers. (107-133). 1996.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa: UM ESTUDO SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ABRIGO E O SEU PAPEL DE PROTEÇÃO NAS INTERAÇÕES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS

Natureza da pesquisa:
Esta pesquisa tem como finalidade entender o modo como as relações interpessoais estabelecidas entre cuidadores/crianças e adolescentes se processam nas instituições de abrigo e como podem vir a se constituir em fatores de proteção e promoção de desenvolvimento de crianças/adolescentes institucionalizados.

Responsabilidade da pesquisa:
Rosinha Mattos Marzol – Mestranda do Programa em Educação Ambiental – FURG sob a orientação da Profa. Dra. Maria Ângela Mattar Yunes.

Participação na pesquisa:
Solicitamos sua permissão para observar as interações em diferentes situações e horários e entrevistar crianças/adolescentes e seus cuidadores dentro do contexto institucional.

Confidencialidade:
Todas as informações obtidas nestas entrevistas são sigilosas. No relatório dos resultados de pesquisa, os participantes, bem como o nome das instituições, serão identificados por nomes fictícios. Todas as informações que possam levar à identificação serão omitidas. Após a conclusão do trabalho, haverá devolução dos resultados às instituições.

Benefícios:
Esperamos que a presente pesquisa proporcione informações importantes sobre as noções de cuidado e educação que norteiam o trabalho das instituições. A pesquisa vai procurar contemplar os dados emergentes nos relatos e nas observações para que os abrigos possam ser (ou tornar-se) espaços promotores de desenvolvimento humano. Portanto, os objetivos finais são: auxiliar na melhoria de qualidade de atendimento institucional e auxiliar a planejar ações e estratégias psicoeducacionais que levem em consideração as necessidades dos envolvidos.

_____
Nome do responsável pela instituição pesquisada

_____
Local e Data – Assinatura

ANEXO B – ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO DOS ABRIGOS

Aspectos administrativos:

Nome da Instituição:
Iniciais d@ dirigente entrevistad@:
Tempo em que exerce a função:
Escolaridade:
Idade:
Experiência profissional anterior:

Como você vê a relação entre as C/As e os cuidadores na instituição?

Que aspectos julga importante mencionar?

Em sua opinião, qual funcionário mantém uma relação satisfatória com as C/As e que, por isso, destaca-se dos demais?

Como descreveria esse funcionário?

Como descreveria as interações dele com as C/As?

E das C/As com ele?

Que outros aspectos relativos ao assunto gostaria de acrescentar?

ANEXO C – ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Como é teu relacionamento com os cuidadores aqui na instituição?

Das pessoas que trabalham aqui, existe alguma de quem gostes mais?

O que essa pessoa faz para que gostes dela?

Vocês fazem coisas juntos/as?

Tu te consideras importante para ela?

Existem momentos ou situações em que ela te ajuda?

Tem mais alguma coisa que gostarias de me contar e de que ainda não falamos?

ANEXO D – ENTREVISTA COM O CUIDADOR/A ELEITO/A

Nome:
Tempo em que trabalha na instituição:
Idade:
Estado civil:
Número de filhos:
Religião:

Qual sua experiência profissional antes da instituição?

Como chegou até aqui?

O que pensava antes de iniciar o seu trabalho com C/As institucionalizados?

Atualmente o que pensa sobre elas?

Como são suas atividades aqui? Como se organiza sua rotina de trabalho?

Como é sua relação com as C/As da instituição?

Qual a importância do seu trabalho na vida dessas C/As?

Qual a importância das C/A em sua vida?

Como é a sua comunicação com as C/As?

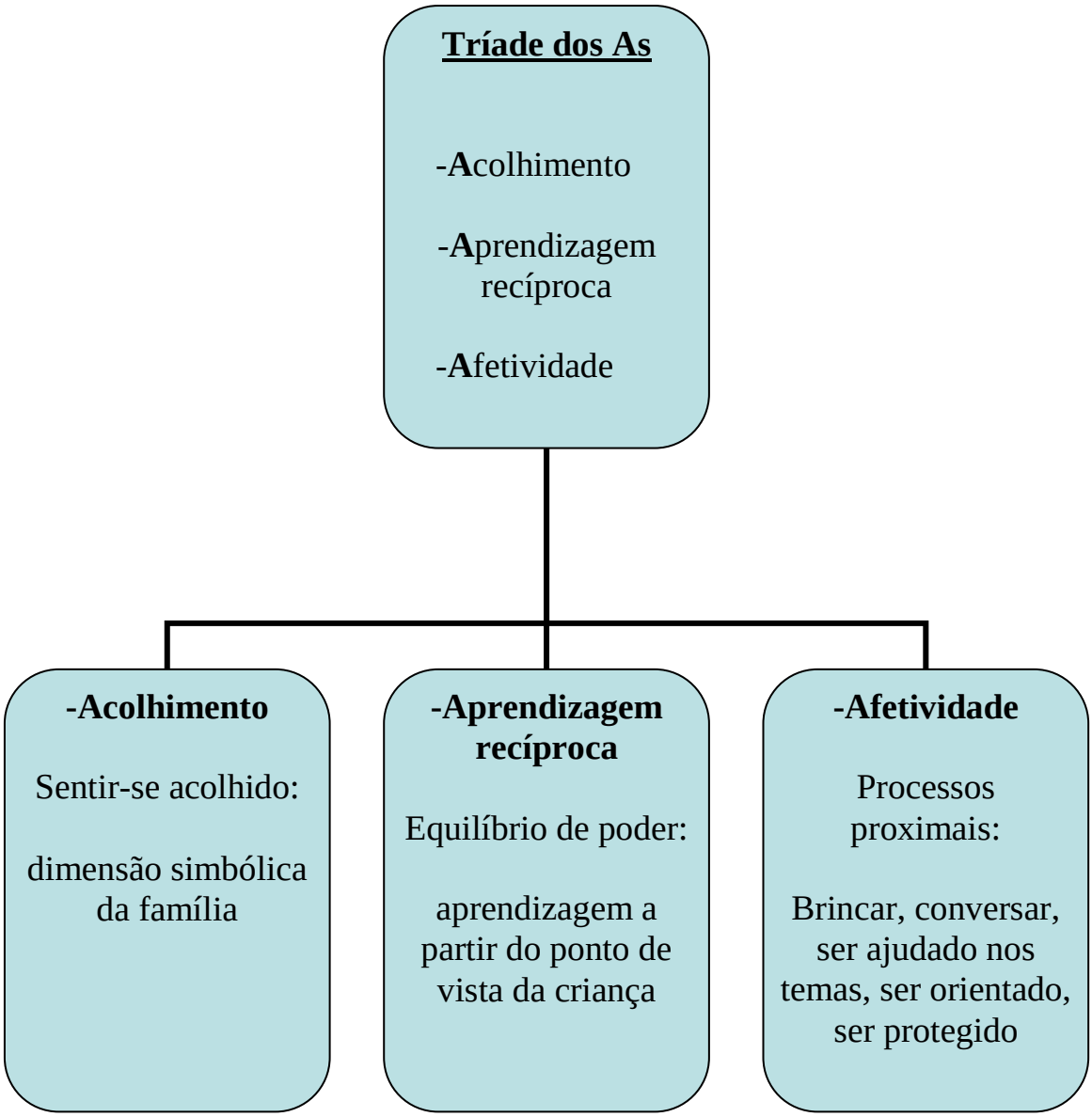
Fale um pouco sobre as dificuldades do trabalho institucional.

Poderia contar um pouco sobre sua trajetória de vida. Como foi sua infância? O que lembra sobre quem te cuidou e como isso ocorria.

Percebe alguma relação entre as histórias que acabou de contar e o seu trabalho?

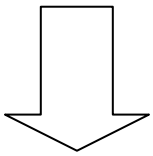
Existe algo mais que gostaria de acrescentar?

ANEXO E- TRÍADE DOS As

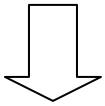


ANEXO F- DIMENSÕES, SUB-CATEGORIA E CATEGORIA

Brincar junto, conversar, ser ajudado nas tarefas escolares, compartilhar atividades da casa, ser respeitado, ser protegido dos perigos, ser orientado.



Amizade



Sentirem-se cuidados